



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE GEOGRAFIA**

ELIEZER BOSA

**RAIA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL:
UMA ANÁLISE SOBRE A FRONTEIRA RIO GRANDE DO SUL/BRASIL-
MISSIONES/ARGENTINA**

**CHAPECÓ
2019**

ELIEZER BOSA

**RAIA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL:
UMA ANÁLISE SOBRE A FRONTEIRA RIO GRANDE DO SUL/BRASIL-
MISSIONES/ARGENTINA**

Trabalho de conclusão do curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do grau
de Licenciado em Geografia da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Professor Dr. Reginaldo José de Souza

CHAPECÓ

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Bosa, Eliezer

RAIA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE A
FRONTEIRA RIO GRANDE DO SUL/BRASIL - MISISIONES/ARGENTINA
/ Eliezer Bosa. -- 2019.

78 f.:il.

Orientador: Doutor Reginaldo José de Souza.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Geografia-Licenciatura, Chapecó, SC , 2019.

1. Raia. 2. Fronteira. 3. Unidades de conservação. I.
Souza, Reginaldo José de, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ELIEZER BOSA

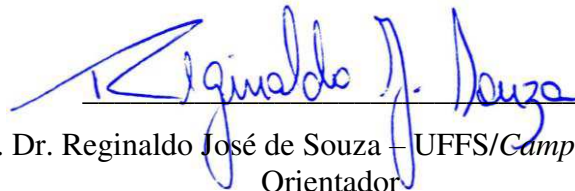
**RAIA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL:
UMA ANÁLISE SOBRE A FRONTEIRA RIO GRANDE DO SUL/BRASIL-
MISSIONES/ARGENTINA**

Trabalho de conclusão do curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do grau
de Licenciado em Geografia da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

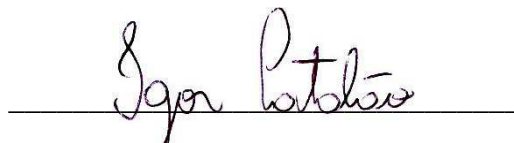
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

04/07/2019

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Reginaldo José de Souza – UFFS/*Campus* Erechim
Orientador



Prof. Dr. Igor de França Catalão – UFFS/*Campus* Chapecó



Prof. Me. Emiliano Vitale – UNaM/Argentina

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais Hugo Aurélio e Lucimar, pelo apoio e incentivo, essa conquista é nossa!

Agradeço também ao restante da minha família, meu irmão Vagner, minha irmã Vanessa, meu cunhado e cunhada Alex e Leydi, e minhas sobrinhas lindas Alana e Vitória.

Agradeço de forma muito carinhosa a minha namorada e companheira Saraiane, por dividir as angústias e alegrias ao longo deste longo percurso.

Agradeço de forma muito especial aos meus queridos amigos João Henrique e Bruna, conhecê-los é algo que já fez valer a pena estes anos na UFFS.

Não poderia de deixar de agradecer a todos meus professores do curso de Geografia da UFFS, vocês contribuíram muito no meu crescimento profissional e acadêmico.

Agradeço de forma especial o professor Igor de França Catalão, o qual tive o prazer de trabalhar em um projeto de iniciação científica.

Também agradeço de forma especial ao professor Reginaldo José de Souza, meu orientador, o qual tive o privilégio de trabalhar junto e aprender muito.

Por fim, gostaria de deixar registrado meu agradecimento a todos os colegas, amigos, familiares que contribuíram de alguma forma neste percurso, meu muito obrigado a todos!!!

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, busca analisar as relações socioambientais na fronteira Rio Grande do Sul/Brasil com a província de Misiones/Argentina, a partir da ligação entre as unidades de conservação: Parque Estadual do Turvo em Derrubadas - RS e *Parque Provincial Saltos del Moconá* em *El Soberbio – Misiones*. Partiu-se da hipótese de que as Unidades de Conservação podem modificar a percepção da fronteira como simples limite que divide os dois países. Desta forma, o objetivo central deste trabalho é entender se a região fronteira em questão caracteriza-se como uma raia, considerando que raias, são elementos geográficos que expressam na paisagem semelhanças e continuidades culturais, sociais e naturais entre territórios contínuos. Deste modo estudamos as unidades de conservação dos dois lados da fronteira, por considera-las um elo entre os territórios. Estes parques expressam a continuidade de dinâmicas da natureza que devem aproximar as duas nações devido a possíveis integrações ecológicas e econômicas para conservação dos recursos naturais, aproveitamento do potencial turístico por brasileiros e argentinos e estratégias conjuntas para a educação ambiental. Neste trabalho, seguimos os seguintes processos metodológicos: análise dos Planos de Manejo Ambiental do Parque Estadual do Turvo e da legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no caso brasileiro, e análise do Plano de Manejo do *Parque Provincial Moconá*, da lei de *Presupuestos Minimos de Proteccion Ambiental de los Bosques Nativos (26.331)* e a *Ley General del Ambiente (25.675)*; levantamento de bibliografia a respeito dos conceitos geográficos estruturantes do trabalho como: raia, fronteira, paisagem, território e conservação ambiental; Realização de trabalho de campo e visitas técnicas às sedes dos parques, que possibilitaram aprofundar o conhecimento sobre as semelhanças paisagísticas que podem muito mais unir do que separar o Brasil da Argentina nesse segmento da fronteira. Conclui-se após este trabalho de pesquisa, que a fronteira Rio Grande do Sul/Brasil – Misiones/Argentina, de fato é uma raia, tendo como elo as unidades de conservação. Ao fim do trabalho formulamos algumas propostas e possibilidades que visam reforçar as relações raianas.

Palavras-chave: Raia. Fronteira. Unidades de Conservação.

ABSTRACT

This research analyzes the social-environmental relations in the border of Rio Grande do Sul/Brazil with the province Misiones/Argentina, from the link between conservation units: Parque Estadual do Turvo in Derrubadas (Brazilian city) and Parque Provincial Saltos del Moconá at El Soberbio (Argentine city). The central hypothesis is that Conservation Units can modify the perception of the border as a simple boundary dividing the two countries. In this way, the main objective of this work is to understand if the frontier region in question is characterized as a 'raia', considering that 'raias' are geographic elements that express in the landscape similarities and cultural, social and natural continuities between continuous territories. In this way we study the conservation units of both sides of the international border, considering them a link between the territories. These parks express the continuity of nature dynamics above the border. So the two nations can be closer and improve ecological and economic integrations actions for the conservation of natural resources, the use of tourism potential by Brazilians and Argentines, and joint strategies for environmental education. In this work, we follow the methodological processes: analysis of the Environmental Management Plans of both Conservation Units; the legislation of the National System of Conservation Units, in the Brazilian case, and analysis the Law on Minimum Budgets for the Environmental Protection of Native Forests and the General Environmental Law in Argentina; bibliographical survey on the structuring geographic concepts of the work as: 'raia', frontier, landscape, territory and environmental conservation; expeditions and technical visits to the park's headquarters, which enabled us to deepen our knowledge about the landscape similarities that can be much closer than separating Brazil from Argentina in this segment of the border. It is concluded after this research, that the Rio Grande do Sul / Brazil - Misiones / Argentina border is in fact a 'raia', having as a link the conservation units. At the end of the work we formulate some proposals and possibilities that aim to reinforce international relations in the 'raia'.

Keywords: Raia. Frontier. Conservation Units.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema explicativo diferenciando fronteira de raia.....	21
Figura 2 - Saltos del moconá /salto do yucuma.....	48
Figura 3 - Guarita do Parque Estadual do Turvo.....	50
Figura 4 - Sede do Parque Estadual do Turvo.....	51
Figura 5 – Sede do Parque Estadual do Turvo, Visão Interna.....	51
Figura 6 – Saltos do Yucumã	52
Figura 7 – Acesso ao Salto do Yucumã	53
Figura 8 – Zona de Amortecimento Prevista no Plano de Manejo do Parque Estadual do Turvo	55
Figura 9 – Saltos Longitudinais	57
Figura 10 – Mirantes para observação da Reserva de la Bíofera Yabotí	64
Figura 11 – Acesso ao Parque Provincial Moconá.....	64
Figura 12 – Sede do Parque Provincial Moconá.....	65
Figura 13 – Passeio nos Saltos del Moconá	66
Figura 14 – Limpeza Binacional do Rio Uruguai	67

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da Raia estudada	15
Mapa 2 – Raias Internacionais na Fronteira Brasileira	22
Mapa 3 – Raia Internacional Misiones – Rio Grande do Sul	25
Mapa 4 - Raia Misiones-Rio Grande Do Sul: Elo Raiano Missões Jesuítico-Guaranis.	25
Mapa 5 – Distribuição das Unidades de Conservação no Território Brasileiro	39
Mapa 6 – Parque Estadual do Turvo	43
Mapa 7 - Reserva de la Bíosfera Yabotí e Parque Provincial Moconá	46
Mapa 8 – Corredor Verde Trinacional	58
Mapa 9 – Rota do Yucumã.....	60
Mapa 10 – Acesso para El Soberbio	62
Mapa 11 – Salto Longitudinal com Vista Aérea	70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DA ÁREA DE ESTUDO E CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE OS CONCEITOS DA PESQUISA .	14
2.1	INTRODUÇÃO	14
2.2.	CONCEITOS ESTRUTURANTES DO TRABALHO.....	17
2.2.1.	Raia e fronteira: definições teóricas.....	17
2.2.2.	Território-paisagem: aspectos que se complementam	27
2.3.	BREVES CONSIDERAÇÕES.....	31
3	A NATUREZA SOCIAL E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA	32
3.1.	INTRODUÇÃO.....	32
3.2.	A NATUREZA SOCIAL: UMA OUTRA FORMA DE COMPREENDER A NATUREZA	32
3.3.	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	34
3.4.	O PARQUE ESTADUAL DO TURVO.....	42
3.5.	PARQUE PROVINCIAL MOCONÁ	46
3.6.	BREVES CONSIDERAÇÕES.....	48
4.	A RAIÁ INTERNACIONAL SUL-RIO-GRANDENSE: UM ELO ECOLÓGICO- PAISAGÍSTICO.....	49
4.1.	INTRODUÇÃO.....	49
4.2.	PARQUE ESTADUAL DO TURVO E DERRUBADAS	49
4.3.	PARQUE PROVINCIAL MOCONÁ E EL SOBERBIO	61
4.4.	DISCUSSÃO E POTENCIALIDADES DA RAIÁ RIO GRANDE DO SUL/BRASIL- MISSIONES/ARGENTINA	68
4.5.	BREVES CONSIDERAÇÕES.....	71
5.	PROPOSIÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS.....	76

1 INTRODUÇÃO

Fundamentais na constituição de qualquer território, as fronteiras são espaços que pressupõem relações com o território subsequente, sendo essa uma ferramenta legal e jurídica de legitimação e delimitação. Toda fronteira está, necessariamente, orientada para fora, ou seja, para o território vizinho e, ao mesmo tempo, juridicamente, orientada para dentro do território. Em sua essência pressupõe ser um espaço de relações sociais, que podem ser materializadas de várias formas, como em relações econômicas/comerciais, culturais, linguísticas, de parentesco, entre outras. Como comenta (MACHADO, 1998)

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), [...] Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas [...] (MACHADO, 1998).

Partindo da premissa de que a fronteira é, ao mesmo tempo, ferramenta de legitimação do estado e espaço de integração entre povos, é possível afirmar que, em determinados casos, a fronteira é como um lócus de integração e intercâmbio social e paisagístico, por isso, pode ser considerada como uma raia. Desta forma, entendemos que a raia é um espaço mais abrangente do que a fronteira – considerada somente como um simples limite – e abrange uma zona de gradação que extrapola os limites e pressupõe continuidades entre diferentes territórios, tendo sempre um elo raiano entre eles.

Toda e qualquer relação entre povos e territórios vizinhos é determinada por um elo em comum entre eles. No caso da fronteira localizada entre Derrubadas-RS (Brasil) e *El Soberbio- Misiones* (Argentina), o elo entre estes territórios é o salto longitudinal, que estabelece a divisa entre os dois países. Esse salto está localizado entre duas unidades de conservação ecológica (UC): Salto do Yucumã, localizada no lado brasileiro e pertencente ao Parque Estadual do Turvo, e *Saltos del Moconá*, situada no lado argentino e inserida em uma área pertencente ao *Parque Provincial del Moconá*.

Desse modo, propomo-nos a entender se/como o Salto do Yucumã em Derrubadas, no estado do Rio Grande do Sul (Brasil), e o Salto del Moconá, na província de Misiones (Argentina), constituem-se como elo raiano entre os dois territórios. Dessa pergunta inicial, surgem mais dois questionamentos: Estes espaços podem ser considerados como um elo raiano analisando as políticas de integração

nacional no tocante às zonas fronteiriças? E ainda: será possível perceber um elo raiano analisando os planos de manejo e políticas ambientais em que estes espaços estão inseridos?

Em relação às políticas sobre as zonas fronteiriças, o documento do Ministério da Integração Nacional, intitulado “Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira”, de 2005, aponta que no arco sul da fronteira brasileira, que abrange aqui nosso objeto de estudo, a integração Brasil – Argentina não tem sido tão forte devido à implantação de parques e reservas ecológicas do lado argentino. O documento também cita que estas relações tendem a acontecer em maior medida por articulações locais ao invés de acordos de bilateralidade, pela ausência de infraestrutura, que possibilita relações mais complexas na região. No que se refere às políticas ambientais, o Salto do Yucumã faz parte do Parque Estadual do Turvo, o primeiro parque ecológico a ser criado no estado do Rio Grande do Sul, em 1947. Já o *Salto del Moconá* pertence ao território do *Parque Provincial Moconá* que, por sua vez, está inserido em uma área de proteção maior: a *Reserva de la biosfera Yabotí*. O plano de manejo do Parque Estadual do Turvo destaca que o parque faz parte de uma iniciativa de um corredor de áreas protegidas, que se estende por boa parte da fronteira com a Argentina e o Paraguai, estabelecendo conexões pelas florestas subtropicais entre o Parque do Turvo e o Parque do Iguazu. Já o Salto del Moconá está inserido em uma política semelhante, de corredores verdes de áreas de conservação ecológica, sendo o *Parque Provincial Moconá* e, por consequência, os *Salto del Moconá*, limites mais ao leste das áreas citadas na lei nº 3631 do Governo de *Misiones*, que determina tal política.

Nossas análises se basearão na compreensão da dialética paisagem- território, trabalhando assim com os dois conceitos de forma integrada. Estas análises nos permitirão concluir se esse espaço em questão é de fato uma raia, expressando continuidades de alguma ordem e sendo lócus de relações sociais entre os povos dos dois lados da fronteira, tendo ou não o Salto do Yucumã/*Salto del Moconá* como elemento de ligação.

A pesquisa terá como base dois eixos principais: i. a análise sobre os espaços de fronteira, e principalmente sobre a fronteira em questão; ii. A discussão sobre as unidades de conservação e suas relações com a sociedade. Estes dois eixos serão divididos e estruturados em quatro capítulos, sendo que, no primeiro, abordaremos aspectos históricos-geográficos da região estudada. No segundo, discutiremos sobre os conceitos estruturantes de nosso trabalho, como, por exemplo, paisagem, território,

fronteira e raia. Já no terceiro capítulo, discutiremos as concepções teóricas acerca da natureza, além de abordarmos aspectos legais e históricos sobre as unidades de conservação ecológica. E ao finalizar, no último item, abordaremos o trabalho empírico realizado em campo, entrevistas, conversas e análises gerais, com as quais, consigamos relacionar com a bibliografia proposta neste trabalho. A temática ambiental é talvez uma das mais relevantes e polêmicas de nosso tempo, que divide opiniões e levanta diferentes hipóteses. Como abordado por Diegues (2001), Gonsalves (2006) é neste contexto de crise ambiental, que se intensificou na segunda metade do século XX, evidenciou debates sobre a latente preocupação com a extração dos bens naturais, os efeitos das ações do ser humano na natureza, e debates sobre o aquecimento global e buraco na camada de ozônio se evidencia uma mudança na forma de ver a natureza, com uma preocupação maior ao natural. Muito disso é fortemente influenciado pela mídia, tornando crescente a demanda por parques e áreas de conservação ecológica. Estes espaços têm por finalidade preservar espaços com atributos ecológicos importantes, sendo que algumas delas, como parques, são estabelecidas para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas em seu interior.

É neste contexto que o Salto do Yucumã e o *Saltos del Moconá* estão inseridos, sendo pertencentes a outras unidades de preservação maiores. Os referidos saltos são objetos de grande beleza paisagística e de relevante importância nas relações de fronteira. Nossa pesquisa justifica-se por considerar e elevar ao primeiro plano a importância dessas áreas de preservação ambiental para a sociedade e para as relações fronteiriças. Mais que apenas a preservação ambiental, essas áreas só têm sentido e funcionalidade quando podem trazer benefícios para a sociedade. Desse modo, analisaremos essas áreas de proteção pelo viés sacionatural, tentando romper com pontos de vista setoriais da relação entre sociedade – natureza, trazendo o humano como parte fundamental nas dinâmicas naturais, e compreendendo que o uso correto dos recursos naturais é de fundamental importância para a sociedade.

Ademais, compreender processos territoriais em contextos fronteiriços, em uma região que apresenta lacunas de estudos na área, é um desafio e, ao mesmo tempo, uma demanda importante a ser atendida.

2 ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DA ÁREA DE ESTUDO E CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE OS CONCEITOS DA PESQUISA

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo buscamos apresentar aspectos histórico-geográficos dos municípios fronteiriços que nos propusemos a estudar: Derrubadas (localizado no estado do Rio Grande do Sul - Brasil), e *El Soberbio* (província de *Misiones* - Argentina).

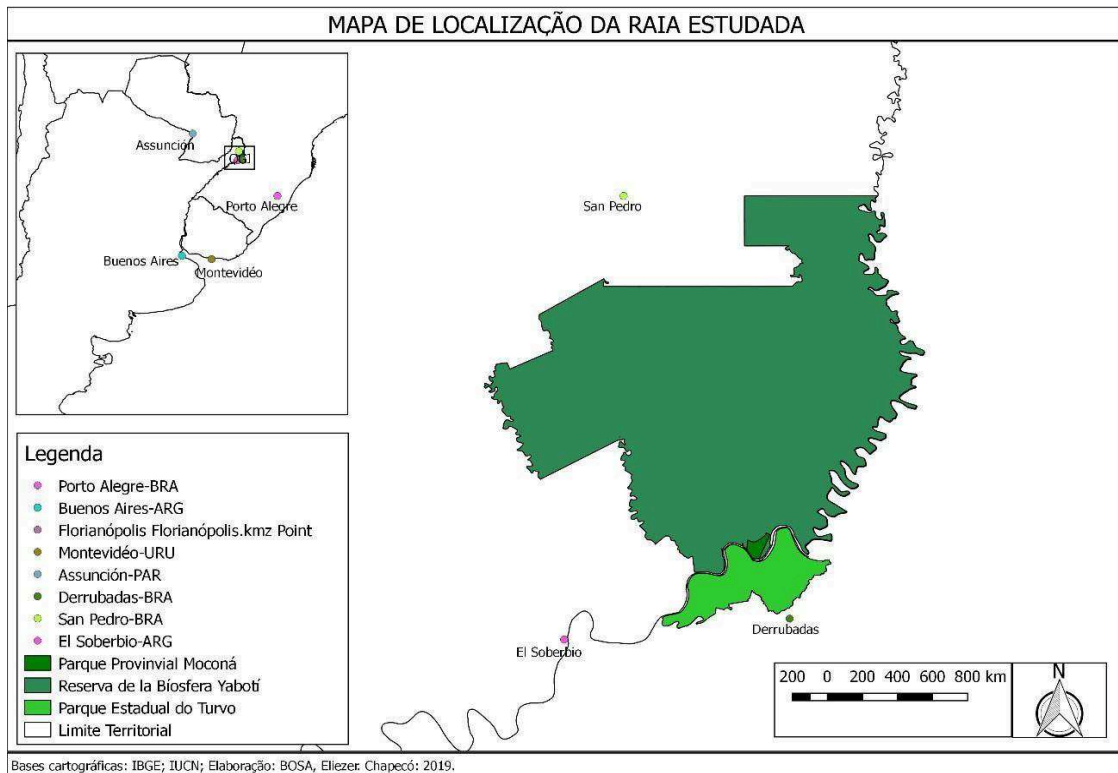
Embora o acesso de *El Soberbio* para o Brasil seja diretamente pelo o município de Tiradentes do Sul, a relação fronteiriça se dá principalmente com o município de Derrubadas, essencialmente pela localização dos parques e dos saltos longitudinais.

O Salto do Yucumã/Saltos del Moconá, localizado nos municípios de Derrubadas, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul - Brasil, e San Pedro, na região nordeste de *Misiones*

- Argentina, é uma queda d'água com origens tectônicas situadas no rio Uruguai, formadas por um sistema de fraturas resultantes do resfriamento de lava vulcânica, com 1.800 metros de extensão e com quedas de 12 a 15 metros. O Parque Estadual do Turvo, evidencia em seu plano de manejo, que faz parte de uma iniciativa de formação de áreas protegidas, formando um corredor verde que se estende até o Parque Nacional do Iguaçu, abrangendo também parcelas de floresta do território argentino e paraguaio, protegendo assim a mata subtropical. Inserido neste mesmo contexto, o *Parque del Moconá*, no seu plano de manejo, evidencia o fato de a unidade de conservação estar inserida em uma iniciativa de formação de corredores verdes que abrangem a zona fronteiriça de *Misiones* com o Brasil, sendo uma das maiores reservas de Mata Atlântica do mundo.

Entre as duas unidades de conservação ecológica estudadas, existe uma grande desproporcionalidade de área territorial, como fica visível no mapa 1, sendo que o Parque Estadual do Turvo possui uma área com aproximadamente 17 mil hectares, e já o *Parque Provincial Moconá* tem em seu território cerca de 990 hectares, porém este, como já mencionado, está localizado dentro da *Reserva de la biosfera Yabotí*, que possui uma área muito mais abrangente, com cerca de 221 mil hectares. Esta disparidade se materializa na paisagem por vários motivos, como: o modo de ocupação/colonização do território, que é diferente entre os dois países; as diferentes legislações ambientais entre os dois países; e o uso da terra para a agricultura.

Mapa 1 – Localização da Raia estudada



Mapa espacializando a região estudada e a desproporcionalidade entre as áreas protegidas. Outro importante ponto a se mencionar são os municípios em destaque, pois a Reserva de la Biosfera Yabotí está no território do município de San Pedro, mas as ligações transfronteiriças existentes são estabelecidas por Derrubadas, no lado brasileiro, e por El Soberbio, no lado argentino. Fonte: Elaborado pelo autor.

Historicamente, a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul foi a última do estado a ser colonizada oficialmente, no entanto, cabe destacar a presença de grupos indígenas que já viviam nesse espaço desde tempos pretéritos.

A reocupação efetiva da área que compreende os municípios de Tenente Portela, Derrubadas, Três Passos, Esperança do Sul, Vista Gaúcha e Barra do Guarita começou a acontecer no início do século XX, logo após a revolução Federalista de 1893. Nesse momento, a região passou a abrigar fugitivos e aventureiros, principalmente devido a existência de uma porção remota e pouco explorada até a época nessa área. Porém, a partir de 1910 surgiram os primeiros assentamentos, abrindo-se clareira nas matas, onde foi empregada a agricultura de subsistência e pequenos comércios. Cabe ressaltar que as técnicas usadas na agricultura, como a coivara, que consistia em queimadas da mata para abertura de lavouras, levavam ao rápido esgotamento do solo, e logo, mais mata derrubada.

Já em 1940, começou-se a registrar um maior fluxo de migrantes, buscando terras agricultáveis e principalmente a exploração da madeira. O Plano de Manejo do

Parque Estadual do Turvo faz um resgate histórico da região e identifica quatro ciclos econômicos:

- I. Período da madeira (década de 1940);
- II. Período da cultura de subsistência (década de 1950);
- III. Período da suinocultura (década de 1960);
- IV. Período da monocultura (década de 1970 até os dias atuais);

O Parque Estadual do Turvo, onde se encontra o Salto do Yucumã, foi criado justamente como alternativa à cultura de exploração da madeira, sendo um instrumento de preservação da floresta estacional decidual. Foi criado em 1947, ainda como Reserva Florestal Estadual, e posteriormente, em 1954, foi transformado em parque estadual.

Derrubadas, município sede do Parque Estadual do Turvo, teve sua emancipação apenas no ano de 1992, e hoje tem como principal atividade econômica a agricultura de monocultura, principalmente referente à produção de soja e milho. Conta hoje com uma população de aproximadamente 3.200 pessoas, segundo dados do IBGE.

O município de *El Soberbio*, localizado na região centro-leste da província de Misiones, foi fundado, oficialmente, em 1946, sendo que seus primeiros moradores foram indígenas Guaraní, que tinham a extração de madeira como principal atividade econômica na época. A extração de madeira foi, até a década de 1970, a referência econômica do município. Segundo Espósito (2004), nessa etapa da extração da madeira, o escoamento da produção acontecia via rio Uruguai, através de balsas. A partir da década de 1970, principalmente após a chegada maciça de colonos imigrantes do Rio Grande do Sul, ganha força a produção de citronela e tabaco no município, que atualmente são suas maiores atividades econômicas. Segundo dados levantados por Carísimo (2013), o município conta atualmente com 22.898 habitantes, sendo que cerca de 80% reside na zona rural.

Considerando esses aspectos histórico-geográficos, podemos, neste primeiro momento, estabelecer uma relação entre os dois lados da fronteira, principalmente pelo fato histórico de existir forte migração do Rio Grande do Sul para *El Soberbio* nos anos iniciais do município. Alguns dos pontos dessa relação são os tipos de ocupações do solo e de atividades econômicas identificadas nesses territórios. Além disso, fica clara a diferença populacional entre os municípios de Derrubadas e *El Soberbio*, sendo que o segundo tem sua população quase dez vezes maior em relação ao primeiro. Estes indicadores histórico-geográficos, são dados e fatos que buscam esclarecer o leitor sobre

a região estudada em nossa pesquisa.

2.2. CONCEITOS ESTRUTURANTES DO TRABALHO

Na elaboração do presente trabalho, analisaremos as relações fronteiriças tendo como foco principal as dinâmicas paisagístico-territoriais, buscando compreender se o resultado dessas materializam-se em uma raia. Desta maneira, neste capítulo, embasaremos teoricamente o trabalho, com concepções e definições dos conceitos que sustentam a pesquisa.

2.2.1. Raia e fronteira: definições teóricas

Inicialmente, cabe definirmos conceitualmente as raias: entendemos que raias, como evidenciado por Passos (2006), são espaços ou zonas de maior abrangência do que a fronteira ou limite, e expressam continuidades ou descontinuidades na paisagem, mas indicam convergências entre territórios, tanto do ponto de vista físico quanto cultural. Para Souza (2015), a raia se aproxima a um efeito de fronteira, pois não faz do limite uma barreira. Neste sentido, Souza (2015) entende raias como:

[...] produto da diversidade social, dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações interterritoriais e são áreas de influências culturais ora mais ora menos intensas. Os fatos da sociedade podem ocorrer sobre um conjunto relativamente homogêneo de elementos naturais. (SOUZA, 2015, p. 74).

O termo “raia” é mais usado e difundido na Europa, principalmente na região ibérica, onde toda a zona de abrangência da raia substitui o termo “fronteira”. De fato, esse espaço de divisa entre Portugal e Espanha é marcado, hoje, por políticas de integração e acordos entre as nações que dão um novo sentido para a região.

Para Souza (2015), podemos entender a raia como um efeito de fronteira,

Neste momento, parto da ideia de que raias são efeitos de fronteira que não representam, necessariamente, divisores de geografias. Ao contrário, possibilitam compreender as diferenças e as semelhanças entre as dinâmicas socioambientais que produzem paisagens ora mais ora menos distintas em parcelas territoriais muito próximas, mas, contraditoriamente divididas e hibridadas. (SOUZA, 2015, p. 2).

Muito mais que simples limites geográficos, as fronteiras são também objetos híbridos, com aspectos físicos e naturais e também sociais e políticos. Embora o limite

natural ou não, seja o aspecto que delimita um território, ele é dotado de intencionalidade.

As fronteiras naturais são uma metáfora, porque a escolha de um marco é sempre uma escolha política, ainda que o marco físico continue sendo um rio ou uma montanha. Mas por que “esse” rio foi escolhido e não “aquele” outro logo ali à frente? Portanto, é sempre uma construção que acaba sendo social. (CATAIA, 2010, p. 13).

É comum a confusão entre fronteira e limite. De acordo com Machado (1998, pg. 2), a grande diferença entre os dois conceitos consiste na relação com territórios vizinhos, enquanto o limite pressupõe o fim do território “forças centrípetas” (para dentro do território), a fronteira tem uma relação muito maior com o que está de fora, “forças centrífugas” (para fora do território). Porém, nem toda fronteira precisa ter necessariamente um limite territorial bem definido. Embora a fronteira tenha uma função política importante, Fernandez-Carrión (2008) relata que as fronteiras retratam e delimitam outros aspectos do espaço geográfico, como fronteiras culturais, linguísticas, de produção, etc.

Neste sentido, qual seria o aspecto principal que faz com que existam e sejam necessárias as fronteiras? As diferenças, entre os povos e os territórios. A fronteira é ordenada para fora, para o diferente, para o vizinho, tudo aquilo que não compõe, não faz parte do território e que tenha diferenças mesmo que sutis com o território onde a fronteira circunda.

Deste modo, a fronteira é também uma ferramenta legal e jurídica, de delimitação e proteção do território. Mas, mais que isso, a fronteira é também lócus de relações sociais, de conflitos de todo o tipo: econômicos, políticos, indentitários e também socioambientais (homem x natureza). Um exemplo claro de conflito socioambiental em fronteiras é a área estudada, pois, propriedades fundiárias, terrenos, delimitações do município, estado e país, tem seus limites bem definidos, mas a natureza não respeita estes limites, e como no caso das UCs, Parque Estadual do Turvo e *Reserva de la bíofera Yabotí*, tem-se uma legislação específica que protege cada uma destas áreas, ao mesmo tempo que são contínuas, sendo um elo natural entre os territórios.

No quadro 1, temos uma comparação entre os três conceitos, fronteira, limite e raia, apontando, de modo mais claro, as diferenças e convergências entre os três conceitos.

Quadro 1 – Definições de fronteira, limite e raia

Caracteres de comparação	Fronteira	Limite	Raia
Elemento definidor	Elemento jurídico-legal;	Elemento natural e político;	Elemento cultural, natural, econômico Ambiental;
Direcionamento geográfico	Orientada para fora do território;	Orientado para dentro do território;	Orientado para dentro e para fora do território;
Natureza do limite ou da ausência dele	Delimitado em torno de um elemento concreto e político;	Marcado em torno principalmente de um elemento natural que se torna político ou de alguma construção que materializa um limite abstrato: o exemplo de um muro.	Sem delimitação clara, não necessariamente precisa de um limite, é marcado por um elo entre territórios;
Das relações sociais	Lócus de tensões sociais amplas, principalmente entre os povos da região onde é demarcada;	Lócus de tensões sociais entre os Estados nacionais envolvidos e seus povos.	Lócus de relações sociais que podem criar um elo entre os territórios;
Das diferenças ou convergências Territoriais	Apresenta descontinuidades entre territórios;	Demarca artificialmente descontinuidades entre territórios;	Apresenta continuidades, territoriais e/ou paisagísticas;
Processo de definição	Conflitos históricos,	Convenção social	Integração ou potencialidade para a integração social, econômica, ambiental e política.
Determinantes	Determina e espacializa as diferenças entre os povos nos territórios;	Contrapõe e não agrega as diferenças materiais entre os territórios;	Valoriza as semelhanças sicionaturais entre os territórios;
Categorização geográfica	Espacial-territorial;	Areal de caráter administrativo	Espacial-territorial-paisagístico;

Elaboração: Eliezer Bosa. Baseado em: Souza (2015); Passos (2006); Cataia (2010); Carrión (2008); Machado (1998).

Analisando o quadro anterior, encontramos elementos que nos remetem à essência da fronteira, como elemento de separação entre as diferenças, sendo sempre orientada para fora, para *outrem*, sendo assim uma convenção social entre dois

territórios ou um palco de disputas políticas e conflitos. É fato que a fronteira delimita e age em elementos objetivos, usando-se ou não de aspectos físicos e naturais como marcos sociais, transcendendo assim a natureza em algo social. Já a raia, não necessariamente precisa ser palpável e, por vezes, é algo subjetivo, mas também tem esse efeito de metamorfosear aspectos físicos do território em aspectos sociais, esses aspectos subjetivos podem ser uma paisagem semelhante, similaridades linguísticas, um passado em comum, parentescos.

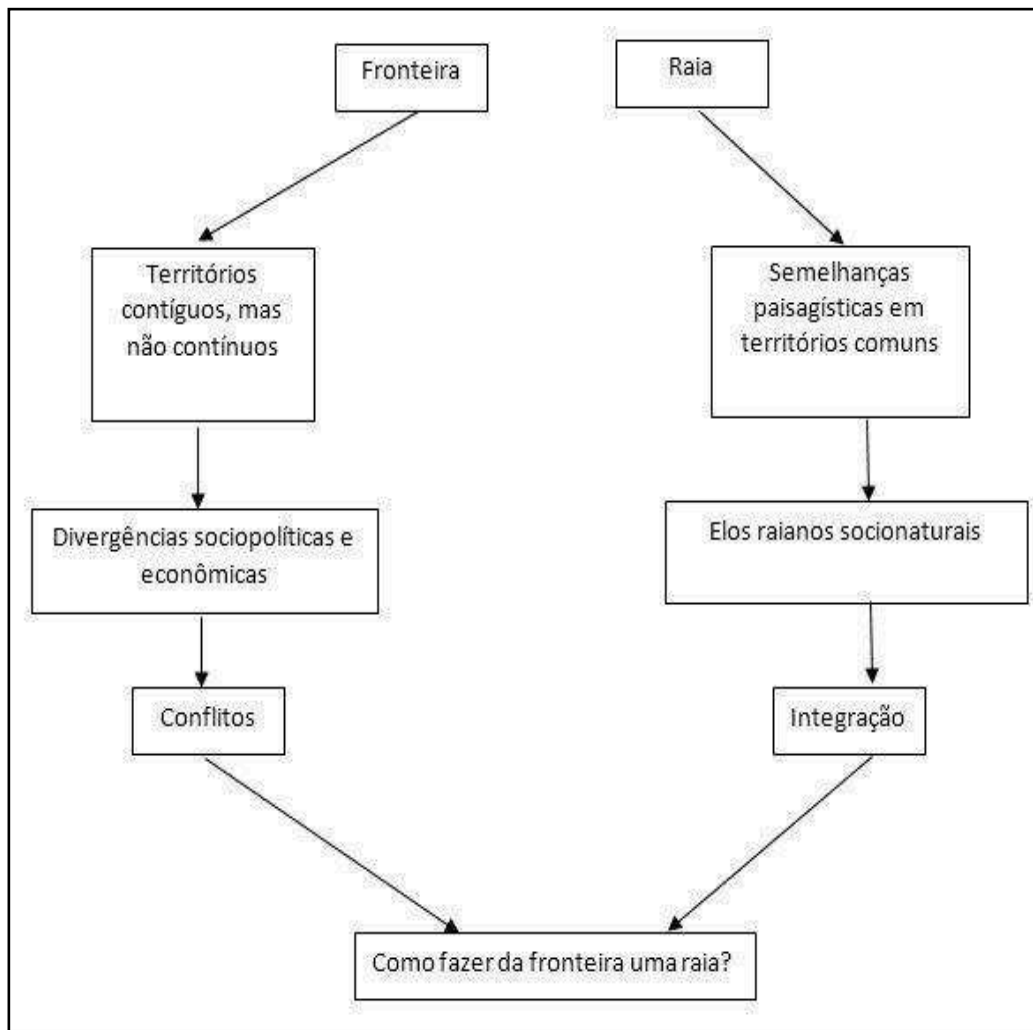
As raias, em seu sentido socioambiental, são, portanto, imaterialidades que se expressam no espaço de forma contínua,

Pois, as raias são esses efeitos de fronteira que não fazem dos limites... barreiras. A raia faz pensar antes nas semelhanças, nas convergências, enfim, nos aspectos comuns entre os territórios, desde o ponto de vista físico ao cultural. (SOUZA, 2015, p. 78).

Não necessariamente as raias precisam estar em territórios fronteiriços, pois como evidenciado no quadro comparativo, o que define a raia é o elo raiano entre os povos, diferente do pressuposto da fronteira que evidencia diferenças entre os povos.

O esquema a seguir evidencia os principais pontos que caracterizam uma Raia.

Figura 1 – Esquema explicativo diferenciando fronteira de raia.



Elaboração: Eliezer Bosa. Baseado em: Souza (2015); Passos (2006); Cataia (2010); Carrión (2008); Machado (1998).

Seguindo o esquema anterior, entendemos que, para um determinado espaço ser considerado uma raia, deve ser, em primeiro lugar, um território comum onde se materializam as relações entre os atores. O elo raiano é um fator fundamental para o entendimento da raia, não necessariamente precisa ser uma fronteira ou um limite, mas sim, pode ser relações de poder no território, considerado também como um elemento natural de onde emanam relações e convergências.

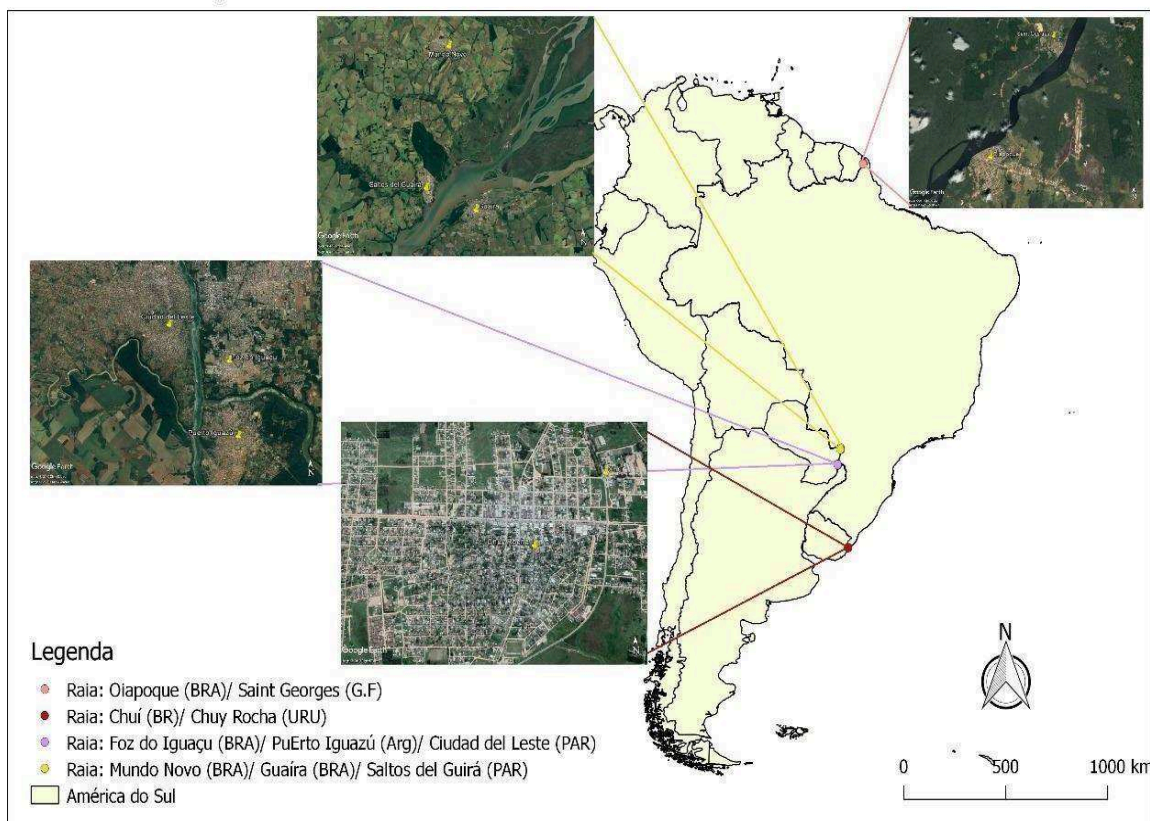
Esse elo raiano pode materializar-se de várias formas: através de um elemento físico como um rio, de uma formação geológica ou de diferentes biomas. Além disso, pode ser um elo cultural, como em construções históricas ou mesmo no caso de dois povos com distintas culturas ocupando o mesmo espaço. Também pode ser um elo político, nesse caso, normalmente nos referimos às fronteiras, ou também, outra

possibilidade seria um elo de ordem econômica, como grandes empreendimentos localizados em um território comum entre dois ou mais grupos.

A um primeiro olhar, analisando o esquema anterior, percebemos que a fronteira e a raia são objetos geográficos com diferenças substanciais, principalmente no que tange sua essência, conflitos x convergências. A raia é um espaço de integração: dois territórios reconhecem na raia suas semelhanças paisagísticas (de suas potencialidades naturais, por exemplo) e procuram se aproximar politicamente para que essas semelhanças paisagísticas sejam capazes de lhes beneficiar conjuntamente. Por outro lado, se esses dois países imaginados adotam uma postura defensiva de salvaguardar as potencialidades naturais para uso exclusivo de seus territórios, então, a guerra surgirá daí, ou seja, a guerra surgirá muito mais por uma divergência de fronteira do que por uma integração raiana. Para ilustrar estes aspectos, atentemo-nos ao mapa a seguir:

Mapa 2 – Raias Internacionais na Fronteira Brasileira

Mapa ilustrativo: Raias Internacionais na Fronteira Brasileira.



Bases cartográficas: IBGE, 2017. Elaborado por Eliezer Bosa, Chapecó: 2018.

Mapa ilustrando algumas raias internacionais no território brasileiro, baseado no trabalho de Passos (2006). As raias aqui evidenciadas são espaços fronteiriços importantes, tendo diferentes elos entre elas, rios, conurbação, floresta, proximidade, relações e conflitos entre povos e a própria fronteira pode ser considerada um elo raiano. Fonte: Elaborado pelo autor.

O mapa acima mostra algumas raias internacionais presentes no território brasileiro, baseamo-nos no trabalho de Passos (2006), que identificou estas raias em suas pesquisas. Além das raias acima espacializadas podemos destacar também as raias localizadas na fronteira entre Rio Grande do Sul/Brasil-Misiones/Argentina, onde nos propusemos a analisar os elos raianos entre Derrubadas e *San Pedro*. Também nesta raia, existem outros espaços a serem estudados, como os elos entre os sítios históricos das Missões Jesuíticas- Guaranis localizadas entre o noroeste do Rio Grande do Sul, o nordeste Argentino e o sudeste Paraguai.

Analisando o mapa, percebemos elementos muito característicos das raias, todos os exemplos apresentados no mapa possuem convergências entre os territórios de ambos os lados da fronteira. Estas convergências podem ser de ordem paisagística, natural, econômica. Todas as raias apresentadas acima apresentam e indicam relação e convergência entre os povos dos dois ou três países. Em alguns casos essa relação é maior e em outros nem tanto. A raia, deste modo, carrega consigo uma forte subjetividade, pois essas relações podem ser imateriais.

Um exemplo claro sobre a relação fronteira x raia, é a raia Santa Catarina- Rio Grande do Sul, especificamente as Usinas Hidrelétricas de Barra Grande e Itá, localizadas na fronteira entre Anita Garibaldi-SC, Pinhalda Serra-RS, Itá-SC e Aratiba-RS, respectivamente. Esta raia e, em especial, os espaços citados, exemplificam bem o funcionamento da raia, em que o território em comum, com convergências paisagísticas e potencialidades econômicas que foram usadas em conjunto (neste caso em uma parceria público-privada), para a construção de UHEs nas regiões. As relações sociais entre os territórios dos dois lados da raia estreitaram-se, e afirmaram, de forma mais pujante, as convergências entre eles. Neste movimento, além do dinheiro pago pelo Consórcio Itá para os dois municípios, os acessos e as possibilidades comunicativas entre eles foram melhorados, em busca de ganhos com a usina e a própria força política somadas dos dois municípios¹.

Uma pergunta que causa inquietação é: quando a fronteira é uma raia? Se pensarmos no mesmo exemplo anterior, veremos que, se ao invés de uma relação de exploração dos recursos econômicos conjunta entre as cidades, existisse ali um conflito,

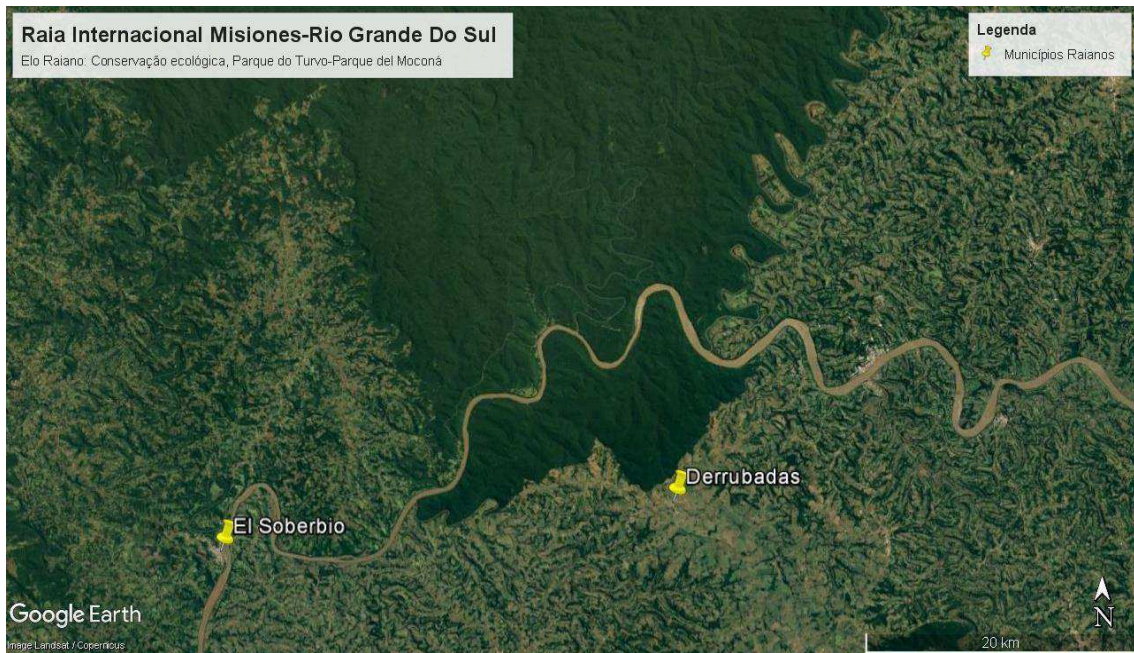
¹ Estas reflexões e análises foram desenvolvidas a partir do projeto de iniciação científica: “Urbanização e hibridação sacionatural em contextos hidrelétricos” coordenado pelo Prof. Dr. Igor de França Catalão. Onde pude atuar como bolsista, trabalhando no subprojeto: Empreendimentos hidrelétricos e hibridação sacionatural na Raia Santa Catarina-Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Reginaldo José de Souza.

com interesses diferentes, teríamos então apenas relações territoriais de fronteira, e essas relações necessitariam de políticas específicas, acordos e negociações que dificultariam a exploração dos recursos hidrelétricos na região. É claro que, neste caso específico, o governo federal tem o controle jurídico e estratégico desse território.

Outro exemplo dessa relação é a denominada fronteira sul do Brasil. O Ministério da Integração Nacional admite que, nesta fronteira, as articulações locais prevalecem, principalmente pela falta de políticas de estreitamento, como tratados bilaterais. Esse tipo de determinação pressupõe um certo nível de integração entre os países, de ambos os lados da fronteira, o que também pode pressupor que a fronteira em questão se materialize em uma raia. Na prática, isso não acontece, existe um distanciamento entre os povos e os países da fronteira. Embora não tenhamos conflitos de forma direta, temos alguns conflitos indiretos, principalmente em regiões aduaneiras, como é o caso de *El Soberbio* e o distrito de Porto Soberbio, no município de Tiradentes do Sul-RS, que é a fronteira e espaço de entrada e saída Brasil-Argentina na região. No caso citado, o lado brasileiro carece de aduana, o que ocasiona em diversos prejuízos e contratempos para quem vêm da Argentina para o Brasil, pois se entrar no país por esse acesso estará como ilegal no Brasil, e, para entrar de forma legal, é preciso deslocar-se centenas de quilômetros para outro acesso. Tem-se aí então conflitos indiretos causados pelos desarranjos políticos administrativos de fronteira.

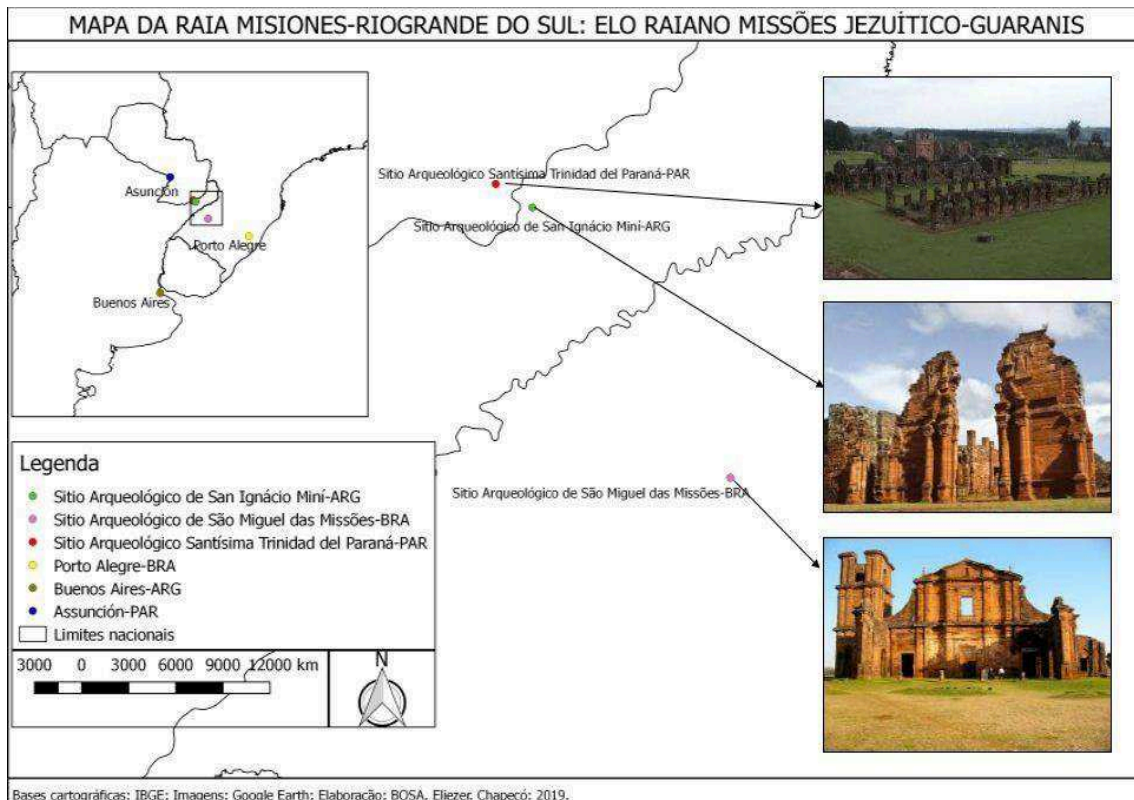
A integração entre estes países da fronteira se dá, em alguns espaços onde objetos geográficos de ordem natural cultural promovem esta convergência entre os territórios, como por exemplo o *Saltos del Moconá*, o Salto do Yucumã (mapa 3), e as Ruínas dos Sete Povos das Missões (mapa 4).

Mapa 3 – Raia Internacional Misiones – Rio Grande do Sul



Raia Misiones-Rio Grande do Sul, trazendo em destaque a floresta subtropical, e por consequência as áreas de preservação ecológica que pode ser o elo raiano da fronteira em questão. Como fica claro na imagem existe uma continuação paisagística, que é resultado de políticas ambientais de ambos os lados da fronteira. Fonte: Google Earth. Adaptado pelo autor.

Mapa 4 - Raia Misiones-Rio Grande Do Sul: Elo Raiano Missões Jesuítico-Guaranis.



O mapa em questão evidencia as raias entre Brasil-Argentina-Paraguai, tendo como elo a cultura e história em comum destes povos, representados na paisagem pelas ruínas das missões Jesuítico-Guaranis. Elaboração: Eliezer Bosa.

Desse modo, um espaço fronteiriço só pode ser considerado uma raia se ali existem convergências, superando então os conflitos, com aplicação de políticas específicas, como acordo binacionais e bilaterais, tratados econômicos, formação de blocos econômicos com ênfase na troca de ideias e valores, políticas de intercâmbios, entre outros.

A raia é um aspecto a ser discutido para se compreender as relações políticas e ambientais nos territórios, e entre territórios diferentes, por englobar diversas facetas que estão presentes nas relações entre o espaço, as pessoas, e a natureza.

Destas definições e exemplos nos deparamos com uma pergunta importante para entendermos o funcionamento das raias: as raias são fronteiras, mas as fronteiras são sempre raias?

A resposta desta pergunta é não. As raias, como já visto, sempre possuem um marco ou um elo que ligam mais de um povo. Para a existência de uma raia, é necessário que dois lados ou territórios tenham uma forte ligação proporcionada por algum elemento em comum, esse que podem ser naturais, paisagísticos ou culturais.

Para entendermos melhor, podemos usar a analogia de uma prova de natação, na qual, cada nadador tem seu território, que é chamado de raia. Todos devem fazer seus movimentos dentro de seu território, que é delimitado por boias, que podem ser consideradas fronteiras. Porém, existe um elemento comum para todos: a água. Desse modo, as fronteiras presentes na situação citada, não tornam os sujeitos nadadores necessariamente diferentes, pelo contrário, todos compartilham da mesma água. A “água” neste sentido, pode ser qualquer outro elemento, no nosso caso as unidades de conservação ambiental.

Por outro lado, não se torna regra que as fronteiras precisem desenvolver outras relações além das político-administrativas. Existem fronteiras que são verdadeiros obstáculos entre um território e outro, impedindo a passagem e a livre circulação. Existem fronteiras que expõem conflitos territoriais e outras onde a ausência de população impossibilita qualquer relação mais profunda.

Para Souza (2015), as raias são efeitos de fronteira, essa afirmação deixa a vaga impressão de que todas as fronteiras podem ser raias, o que de fato não acontece. Cada espaço fronteiriço tem suas peculiaridades, suas formas de relação entre os povos. Para uma fronteira ser uma raia, são necessárias políticas de estreitamento, acordos econômicos e de livre passagem, e também a identificação e o reconhecimento de que no outro existem elementos em comum. O sujeito raiano não se identifica como sendo de

um lado ou do outro, mas sim sendo um ser constituído a partir de elementos de ambos os lados da raia. É o sujeito que fala mais de um idioma, por exemplo, que tem relações de parentesco, amizade e de comércio, diretamente dependente da raia.

2.2.2. Território-paisagem: aspectos que se complementam

É impossível pensarmos em fronteira ou em raia sem associarmos estes conceitos ao território. Entendemos o território como um espaço definido por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2000, 2009). Ao colocarmos as relações de poder como primeiro aspecto para a formação do território, entendemos que o território é, essencialmente, político, mas também compreendemos ele é um espaço transformado e um resultado direto das relações de poder de diferentes grupos com diferentes culturas.

Dessa forma, entendemos que o território é, ao mesmo tempo, um objeto político, pois dele emanam forças políticas, jurídicas, e culturais, pois é um produto direto das distintas relações entre diferentes povos no espaço, e também econômico, pois nele se encontram diferentes recursos. Para Santos (1988), o território é a junção de diferentes elementos, como a produção, os recursos, os fixos e fluxos, e as relações de trabalho, reconhecendo que esse é também um produto histórico da sociedade que o modela.

Os territórios são de diferentes escalas, podem ser gigantescos ou restringirem-se a uma simples avenida, são construídos em escalas de tempos diferentes, variando de anos ou até apenas algumas horas de formação. Essas escalas de tempo ou de espaço, são definidas a partir das relações de poder, que fazem o processo de territorialização e valorização da área conquistada se aprofundar (SOUZA, 2009).

Estas relações de poder são as dominações do território, dos recursos e das posições estratégicas. O controle destes elementos permite a manutenção do *status quo*, e as relações de dominação no território, sejam elas amparadas pela lei ou não. Souza (2009), argumenta como as relações de poder moldam o território e modelam a organização social.

Se o exercício do poder, e com ele o desejo ou a necessidade de defender ou conquistar territórios, tem a ver com um acesso a recursos e riquezas, com a captura de posições estratégicas e/ou com a manutenção de modos de vida e do controle sobre símbolos materiais de uma identidade – ou seja, coisas que remetem ao substrato espacial e às suas formas, aos objetos geográficos visíveis e tangíveis. (SOUZA, 2009, p. 64).

Na passagem anterior, fica clara a importância do território e o porquê dos

conflitos e as relações de poder ambíguas e controversas, quem detém o território como uma fonte de recursos e posição estratégica detém o poder e a legitimação para usar a violência. Essas relações de poder no território se materializam em diferentes escalas, que não necessariamente são territórios oficiais na forma da lei, por exemplo: os territórios dominados por traficantes de drogas, algo já banal no cotidiano brasileiro, onde a disputa e as relações/conflitos de poder são extremamente violentas. Outros exemplos nos quais verificamos essa relação de poder são as instalações de camelódromos nas cidades, os espaços de circulação de jovens em cidades médias, a instalação de empreendimentos voltados para um público específico em determinadas áreas da cidade, territórios onde algum tipo de música é mais ouvido, entre outros exemplos semelhantes.

Para Souza (2009, p. 67), “O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso”, ou seja, o território é produto direto das relações sociais de poder, sejam elas mais ou menos violentas, sejam elas expressas dentro ou fora da lei. Desse modo, entendemos que essas relações sociais de poder confirmam os processos de territorialização e desterritorialização, e estão ligados ao enraizamento ou desenraizamento de indivíduos em um determinado espaço. Esses processos acentuam-se a partir do aprofundamento das relações de poder, modificando a relação do indivíduo com o território onde vive.

Seguindo nesta linha de raciocínio, Raffestin (1993) compreende que o território é um resultado direto das modificações que os sujeitos fazem no espaço

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. (RAFFESTIN, 1993, p.7-8).

Nos dias atuais, a técnica impulsiona estes processos territoriais, como abordado por Raffestin (2009), criando novos territórios e metamorfoseando os antigos, resignificando assim sua essência com o poder da tecnologia. Para Santos (1988), a evolução da técnica permite a expansão de territórios e cria novas territorialidades, vencendo barreiras naturais, culturais e políticas.

Quando vemos o exemplo das unidades de conservação ecológica, em especial o Parque Estadual do Turvo, podemos entender as relações sociais que formam o território.

Essas relações de poder materializam-se entre o Estado e os produtores rurais, sendo que os mecanismos legais criaram esta faixa de proteção que resultou no território do parque, em contrapartida, as relações sociais e culturais que regem as vidas dos produtores rurais, impulsionados pelas novas tecnologias do agronegócio, criam uma região de produção agrícola, que vive em constante conflito com o Parque Estadual do Turvo.

A paisagem pode ser considerada como uma potente ferramenta, tanto nas análises territoriais quanto no entendimento dos processos de territorialização. A paisagem tem o poder de trazer para o espectro do visível e cristalizar as relações de poder que formam o território. Para Turri (2002), o território é produto das mudanças do ambiente no qual a sociedade vive, ou seja, a sociedade se apropria do ambiente socialmente em todos os níveis (cultural, econômico, afetivo, político), através de justapostas relações sociais, e a paisagem é a representação visível desse processo.

Nas palavras de Saquet (2009, p. 81), ao comentar sobre a relação paisagem x território: “A paisagem [...] é compreendida como materialidade resultante do processo histórico de formação de certo território!”. Em termos práticos, a paisagem é um retrato momentâneo e histórico do território, de acordo com Bosa e Souza (2018):

a paisagem eleva a primeiro plano as ações e as relações sicionaturais, considerando que ela é socialmente construída e dotada de valores e subjetividades sempre a partir de um tripé psicológico- individualista, social-contextual e basilar-naturalista. (BOSA; SOUZA, 2018, p.9).

A cultura, como conceito operativo para compreensão do comportamento humano, é fundamental para entender a paisagem como desdobramento da produção de sionatureza. Uma paisagem representa, material e esteticamente, os valores e representações da sociedade, ou seja, da sua cultura. Corroborando com esta ideia de paisagem cultural, (CLAVAL, 2007, p. 420) considera que: “Não há compreensão possível das formas de organização do espaço contemporâneo e das tensões que lhes afetam sem levar em consideração os dinamismos culturais”.

Desta maneira, entendemos que a paisagem não se resume (embora seja fator importante) a apenas aspectos materiais, a paisagem é carregada de subjetividades, é também uma soma de valores, sentimentos, realizações e aspectos culturais do próprio sujeito que a observa. Schier (2003) avança nesta discussão dizendo que a paisagem representa o próprio sujeito e sua relação com o ambiente vivido:

Não se trata mais da interação do homem com a natureza na paisagem, mas sim de uma forma intelectual na qual diferentes grupos culturais percebem e interpretam a paisagem, construindo os seus marcos e significados nela. Nesta perspectiva, a paisagem é a realização e materialização de ideias, dentro de determinados sistemas de significação. Assim, ela é humanizada não apenas pela ação humana, mas igualmente pelo pensar. Cria-se a paisagem como uma representação cultural. (SCHIER, 2003, p. 81)

Desse modo, percebemos que a paisagem diz muito sobre o local. Ao olhar de forma crítica uma paisagem, pode-se dizer muito sobre quem a construiu, quem são os atores envolvidos nela, seus valores, suas ideias e sua cultura. No entanto, é preciso levar em consideração os diferentes olhares e sensações que a paisagem pode trazer para diferentes pessoas. Neste sentido, Tuan (2012) retrata a diferença entre os olhares do viajante ou turista e de moradores do local. Ao vermos determinada paisagem, normalmente olhamos com o olhar de visitante (salvo se vivemos nela, é claro), o que nos dá uma visão parcial da paisagem, deixando as subjetividades do lugar em segundo plano,

[...] a avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. É a visão de um estranho. O estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. É preciso um esforço especial para provocar empatia em relação à vida e os valores dos habitantes. (TUAN, 2012, p. 97).

O que Yi-Fu Tuan aborda nada mais é do que a subjetividade da paisagem, o que ela representa no íntimo das pessoas. Um exemplo claro desta relação são os modelos arquitetônicos das casas dos imigrantes italianos e alemães e seus descendentes no sul do Brasil. Ao olharmos para as paisagens resultantes dos processos territoriais destes imigrantes, podemos observar muito sobre sua cultura, sua arquitetura, o que cada um busca de conforto e comodidade, a sua relação com o ambiente e a natureza. Mas existem ali vários aspectos subjetivos que são invisíveis para quem não tem relação direta com essa paisagem, como por exemplo lembranças, sentimentos e medos, que não são visíveis ao olho do viajante.

A paisagem pode ser considerada também como a soma de processos naturais durante o passar do tempo. Para Ab'Saber (1969), a paisagem é o resultado direto dos processos passados e atuais. Deste modo, é primordial entender que a paisagem vem da relação entre o ser humano e o ambiente. Corroborando com este pensamento, Bertrand (2004) afirma que:

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos

que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 2004, p. 141).

Esta relação entre elementos naturais e a ação antrópica, juntamente com a ação do tempo, também pode ser chamada territorialização, e a representação deste processo é a paisagem. A paisagem física propriamente dita é fortemente determinada pelas ações antrópicas, e é dependente destas ações. Para Vitte (2007),

A geração da paisagem é o resultado imediato da intencionalidade humana na superfície terrestre. Seja ontem ou hoje, por meio dos mais variados meios técnicos e científicos, a sociedade imprime sua marca no espaço que fica registrada na paisagem. (VITTE, 2007, p. 77).

Desta forma, entendemos que qualquer análise sobre o objeto de estudo deve compreender conjuntamente as relações territoriais e paisagísticas, evidenciando que um é, necessariamente, atrelado ao outro. A organização territorial do Parque Estadual do Turvo e do *Parque Provincial Moconá*, em si, já engloba a relação destes dois conceitos, sendo uma imagem clara da relação da sociedade e natureza (relação esta que será debatida do próximo capítulo), sendo, portanto, a paisagem local uma construção social e uma soma de valores, que permanecem em constante mudança com o tempo.

2.3. BREVES CONSIDERAÇÕES

Os conceitos desenvolvidos neste capítulo são fundamentais para o entendimento de nossa problemática. Compreender os conceitos de raia e fronteira, bem como suas similaridades e diferenças é o cerne de nossa pesquisa. É essencial também entender quais são as relações de poder existentes em territórios raianos e se essas relações manifestam-se na paisagem.

Nossa pesquisa gira em torno dos elos raianos que ligam os territórios do noroeste do Rio Grande do Sul, no Brasil e do leste da província de *Misiones*, na Argentina. Analisar como as unidades de conservação ecológica de ambos os lados da fronteira se relacionam e tornam-se ou não um elo entre os dois territórios é fundamental para o entendimento da problemática da pesquisa.

Deste modo, é importante a compreensão do arcabouço teórico proposto no capítulo para estabelecer relações com a vida cotidiana e as dinâmicas sociais encontradas na região estudada.

3 A NATUREZA SOCIAL E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA

3.1. INTRODUÇÃO

No presente capítulo, abordaremos as temáticas ambientais, trazendo uma discussão sobre o conceito de natureza nos tempos modernos, evidenciando suas relações com a sociedade. Apresentaremos também um resumo histórico sobre a preservação ecológica no Brasil, mostrando a evolução da preservação de áreas protegidas. Falaremos também sobre as duas unidades de conservação que são tema de nossa investigação, mostrando um pequeno histórico e descrevendo elementos dos parques, como o que preserva, tamanho e categoria de inserção na legislação ambiental.

3.2. A NATUREZA SOCIAL: UMA OUTRA FORMA DE COMPREENDER A NATUREZA

As paisagens ditas naturais, na verdade, são determinadas necessariamente pelas ações antrópicas, deste modo, a natureza é a representação pura da relação entre sociedade-tecnologia- elementos naturais. Partindo desta compreensão, perguntamos, o que é realmente natural? O que é realmente social? Até que ponto estas duas esferas estão separadas?

Essas são perguntas que geram inquietações sobre o mundo em que vivemos. Na geografia, comumente, pensou-se que a natureza fosse algo à parte da sociedade, considerando que o ser humano é dotado de consciência e raciocínio, diferenciando-se da natureza, que é instintiva no caso dos animais e não intencional em suas dinâmicas abióticas. Porém, em uma reflexão mais profunda, é possível perceber, em nosso cotidiano, que a esfera social e a esfera natural são, de fato, uma só. Esta reflexão nos leva a enxergar que vivemos em um mundo construído a partir de uma fusão entre sociedade e natureza, um mundo híbrido, no qual essas duas faces são indissociáveis. Swyngedouw (2001) entende que não há nada na sociedade atual puramente natural ou puramente social:

Observando mais de perto [...], a cidade e o processo urbano são uma rede de processos entrelaçados a um só tempo humanos e naturais, reais e ficcionais, mecânicos e orgânicos. Não há nada “puramente” social ou natural na cidade, e ainda menos antissocial ou antinatural; a cidade é, ao mesmo tempo, natural e social, real e fictícia. Na cidade, sociedade e natureza,

representação e ser são inseparáveis, mutuamente integradas, infinitamente ligadas e simultâneas; essa “coisa” híbrida sacionatural chamada cidade é cheia de contradições, tensões e conflitos. (SWYNGEDOUW, 2001, p.84).

De outro modo, o que Swyngedouw afirma é que tudo em nosso cotidiano é uma mescla de técnica, relações sociais e natureza. Seja nos exemplos mais banais, como a água encanada, com a qual matamos a sede e usamos para os mais variados fins, sendo ao mesmo tempo um recurso natural, mas artificializada, tratada pelas mais diversas tecnologias e, ao mesmo tempo, objeto de tensões sociais pelo seu acesso e comercialização. Os próprios processos de urbanização, construções que incorporaram elementos naturais modificando-os, as usinas de produção e energia, que transfiguram o relevo, água, vento, luz solar e os transformam em energia.

Outro exemplo claro são as unidades de conservação ecológica, que também são representações da fusão entre a sociedade e a natureza. Existem políticas específicas de cunho ambiental para a criação de parques e unidades de conservação e a preservação destas áreas, que, desse modo, são um conjunto de leis que interferem na relação da sociedade com a natureza e a exploração de seus recursos. Em si, a unidade de conservação é produto de uma ordem sacionatural, em que ação da sociedade determina a existência de um parque ecológico como objeto sacionatural.

Nesta série de exemplos, conseguimos compreender que a natureza também é socialmente produzida, mudando assim a concepção tradicional sobre o que é natural, que normalmente é atrelada a bosques, florestas, rios, etc.

A própria natureza é um processo histórico-geográfico (em termos de tempo/lugar), insiste na indissociabilidade de sociedade e natureza mantém a unidade da sacionatureza como algo produzido. Em resumo tanto a sociedade quanto a natureza são produzidas e, conseqüentemente, maleáveis, transformáveis e progressivas. [...] natureza absolutamente pura (primeira natureza nos termos de Lefebvre) torna-se crescente problemática à medida que a sacionatureza produz uma “natureza inteiramente nova no espaço e no tempo e o número de híbridos e quase objetos se multiplica. De fato desde o início da modernização, mas em ritmo acelerado à proporção que avança, os objetos os sujeitos da vida cotidiana tornam-se gradualmente mais sacionaturais. (SWYNGEDOUW, 2001, p.103).

Para Santos (1999), com a modernização das técnicas, a natureza passa a, cada vez mais, ser um objeto social, sendo esta moldada pela sociedade, vencendo seus limites e usando seus recursos. Henrique (2003, p. 250) corrobora com esta ideia: “O processo histórico – social e não natural – controla, incorpora e produz naturezas, enquadrando-as nas qualidades humanas”. A natureza, neste sentido, é a incorporação dos processos sociais e históricos, como menciona Santos (2000, p. 18): “Na realidade,

a natureza, hoje é um valor, ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas no processo histórico ela é social.”

E, de fato, o que Milton Santos apontou se evidencia na paisagem, quando a olhamos não vemos nela uma distinção do natural e do social, mesmo nos casos mais extremos, como uma grande cidade ou uma floresta, a junção entre a sociedade e a natureza é visível nestes casos, sendo a paisagem a representação dos processos históricos que decorreram da junção destas duas esferas.

3.3. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A natureza intocada, selvagem, pura, oposta ao ser humano estes têm sido até nos dias atuais, os grandes dogmas que embasaram e embasam as políticas de proteção ecológica no mundo. A ideia de uma natureza que precisa ser salva, somada às previsões alarmistas sobre o futuro e os recursos naturais são perspectivas que excluem completamente o ser humano como participante da natureza, sendo, neste caso, apenas o agente da ruína dela.

Deste modo, conclui-se que o homem tem que ser apartado da natureza selvagem, pois sua presença pode causar sua destruição da mesma. Porém, esta forma ocidental-capitalista de enxergar a natureza, negligencia totalmente as populações tradicionais que nestes espaços viviam, populações essas como os indígenas, pescadores, seringueiros, ribeirinhos, etc. Essas populações têm um convívio harmonioso e uma grande simbiose com o espaço onde vivem. Diegues (2001) evidencia esta relação das comunidades tradicionais no trecho a seguir:

Essa atitude é vista pelos moradores locais como um roubo de seu território que significa uma porção da natureza sobre o qual eles reivindicam direitos estáveis de acesso, controle ou uso da totalidade ou parte dos recursos aí existentes. Essas comunidades tradicionais têm também uma representação simbólica desse espaço que lhes fornece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, isto é, os que compõem a estrutura de uma sociedade (relações de parentesco etc.).

As Unidades de Conservação (UC) têm por finalidade atender um público alvo, que é o cidadão da sociedade urbana em busca de lazer e entretenimento. A negativa do uso deste espaço pelas comunidades tradicionais não se justifica, já que, por dependerem da natureza para sua sobrevivência, esses grupos estabelecem relações

harmoniosas com ela, respeitando seus ciclos. É importante salientar que a discussão sobre o acesso das comunidades tradicionais às áreas protegidas já ocorre desde a segunda metade do século XX, sendo que muito avançou-se sobre a questão em termos institucionais e legislativos, porém, na prática, pouca evolução é percebida.

A brasileira, em grande medida, inviabiliza o acesso e as práticas sociais e territoriais para populações tradicionais. Tanto as unidades de proteção integral, quanto unidades de uso sustentável, não reservam lugares para as comunidades tradicionais usufruírem destes espaços, ficando restritas apenas às reservas indígenas, quilombos, faxinais, dentre outros.

Em 1872, o governo norte-americano determinou a criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, que serviria de modelo para a criação de áreas de preservação no mundo, principalmente na América Latina. Esse parque tinha como objetivo ser uma área protegida, preservando o ecossistema e proibindo a ocupação e colonização desta área, sendo permitida e incentivada apenas visita para recreação e lazer.

No Brasil, as primeiras políticas públicas sobre a preservação da natureza são do período colonial, como a Carta Régia de 1797. Este documento denunciava a maciça exploração da madeira nas florestas brasileiras (DIEGUES, 2001).

Em 1921 foi criado o Serviço Florestal, que tinha como objetivo principal a preservação das florestas brasileiras, a propagação de técnicas de manejo, o estabelecimento de reservas florestais, entre outros (DECRETO Nº 4.421, 28 DE DEZEMBRO DE 1921). Já em 1934, foi estabelecido o primeiro Código Florestal Brasileiro, definindo que a União tem a responsabilidade de proteger os patrimônios naturais, belezas naturais e monumentos dotados de valores históricos (DEC 23.793/1934 [DECRETO DO EXECUTIVO] 23/01/1934).

Pouco tempo depois, foi criado o primeiro Parque Nacional brasileiro, no ano de 1937, em Itatiaia-RJ. Em 1965, foi criado o segundo Código Florestal que, entre outras coisas, tratava das florestas em território nacional e demais formas de vegetação, definindo a Amazônia Legal, os direitos de propriedade e restrições de uso para algumas regiões que compreendem estas formações vegetais e os critérios para supressão e exploração da vegetação nativa (LEI 4.771/1965 [LEI ORDINÁRIA] 15/09/1965).

A partir da criação do Código Florestal Brasileiro de 1965, e com a crescente preocupação ambiental na segunda metade do século XX, várias outras instituições foram criadas, como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1967, o qual foi incumbido da administração das UCs, porém, mais tarde, foi

incorporado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que tem como principais atribuições exercer o poder da polícia ambiental, fiscalizar, licenciar e determinar padrões de qualidade ambiental (Ministério do Meio Ambiente 2019), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado em 1992, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Ministério do Meio Ambiente 2019), e mais recentemente temos como grande marco a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado em 2007.

Ao ICMBio cabe executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União (Ministério do Meio Ambiente 2019). Em 2012, foi aprovado o novo Código Florestal Brasileiro, que estabelece medidas mais práticas de cadastramento ambiental, e fiscalização mais rigorosas, mantendo grande parte do texto do Código Florestal de 1965 (Ministério do Meio Ambiente 2019).

Atualmente, as UCs estão sob administração do SNUC, que as define como:

[...] espaços territoriais (incluindo seus recursos ambientais e as águas jurisdicionais) com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e com limites definidos, sob regimes especiais de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei nº 9.985/2000, Art. 2, inciso I).

O SNUC divide as UCs em doze categorias, dentro de duas classes: Unidades de Conservação de Proteção Integral, que visa a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”. (LEI 9.985/2000 [LEI ORDINÁRIA] 18/07/2000, Art. 2, Inciso VI); Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que visam a “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.” (LEI 9.985/2000 [LEI ORDINÁRIA] 18/07/2000, Art. 2, Inciso XI); Segundo IPEA (2010), a diferença entre as duas classes são:

[...] as unidades de conservação de proteção integral buscam a preservação da natureza, permitindo somente o uso indireto de seus recursos naturais, ou seja, não aceita consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais, enquanto as unidades de conservação de uso sustentável procuram combinar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos, podendo envolver a coleta para comercialização ou não e uso de seus

recursos. (IPEA, 2010, p. 367).

No quadro 2, veremos os principais objetivos e diferenças entre as UC no território nacional.

Quadro 2 – Classificação das unidades de conservação brasileiras segundo o SNUC

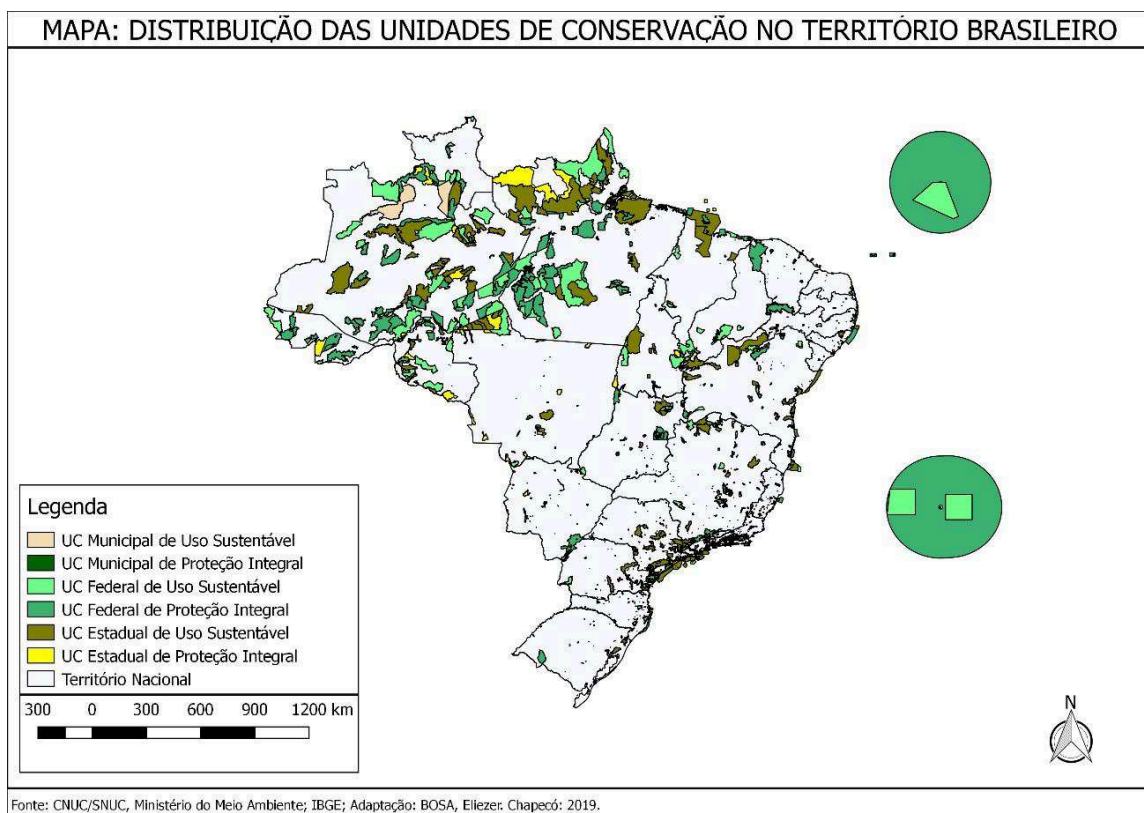
Classe	Categoria	Descrição
Unidades de proteção integral	Estação Ecológica	Área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas, podendo ser visitadas apenas com o objetivo educacional.
	Reserva Biológica	Área destinada à preservação da diversidade biológica, na qual as únicas interferências diretas permitidas são a realização de medidas de recuperação de ecossistemas alterados e ações de manejo para recuperar o equilíbrio natural e preservar a diversidade biológica, podendo ser visitadas apenas com o objetivo educacional.
	Parque Nacional	Área destinada à preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica. O parque é a categoria que possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza, pois permite o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de permitir a realização de pesquisas científicas.
	Monumento Natural	Área destinada à preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica, permitindo diversas atividades de visitação. Essa categoria de UC pode ser constituída de áreas particulares, desde que as atividades realizadas nessas áreas sejam compatíveis com os objetivos da UC.
	Refúgio da Vida Silvestre	Área destinada à proteção de ambientes naturais, no qual se objetiva assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna. Permite diversas atividades de visitação e a existência de áreas particulares, assim como no monumento natural.

Unidades de Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	Área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas.
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Área com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local. Geralmente, é uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais singulares. É constituída por terras públicas e privadas.
	Floresta Nacional	Área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, visando o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica. É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam desde sua criação.
	Reserva Extrativista	Área natural utilizada por populações extrativistas tradicionais onde exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais existentes e a proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações. Permite visitação pública e pesquisa científica.
	Reserva de Fauna	Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas; adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. Permite visitação pública e pesquisa científica.
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Área privada com o objetivo de conservar a diversidade biológica, permitida a pesquisa científica e a visitação turística, recreativa e educacional. É criada por iniciativa do Proprietário, que pode ser apoiado por órgãos integrantes do SNUC na gestão da UC.

Fonte: Lei no 9.985/2000; SNUC, Ministério do Meio Ambiente.

Atualmente, estão no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) 2.309 UCs, sendo dessas 1.004 (44%) federais, 964 (41%) estaduais e 341 (15%) municipais. Das 2.309 UCs, 742 (32%) são de proteção integral, e 1.567 (68%) são de uso sustentável. Desse número total, 1.387 (60%) são de gestão pública e 922 (40%) são de gestão privada. No mapa 5, vemos a distribuição espacial das UC no território nacional, que corresponde à proteção de cerca de 18% do território brasileiro e 26% da área marinha nacional.

Mapa 5 – Distribuição das Unidades de Conservação no Território Brasileiro



Unidades de conservação cadastradas no SNUC, dividida por administração e categoria. Fonte: CNUC/SNUC. Adaptação: Eliezer Bosa.

Quando olhamos o número de UC por bioma, temos 55 UCs na Amazônia, 91 UC na Caatinga, 166 no Cerrado, 4 em biomas marinhos, 583 na Mata Atlântica, 11 no Pampa e 17 no Pantanal, muito embora quando analisamos os números correspondentes à área protegida, percebemos que apresentam o bioma da Amazônia como o mais protegido, da forma que fica evidenciado no mapa.

Essa discrepância entre o número de UCs presentes na Mata Atlântica e os outros biomas ocorre pelo fato de que, até a metade do século XX, praticamente, só existia UC

nas regiões sul e sudeste do país, haja vista que eram as regiões mais desenvolvidas economicamente na época, e só após o avanço do agronegócio para o norte do país é que houve maior preocupação com a preservação ecológica. Diegues (2002) evidencia este fato:

Até aquele momento, os parques nacionais haviam sido criados, principalmente na região sudeste-sul, a mais populosa e urbanizada do país. Somente a partir da década de 60, com a expansão da fronteira agrícola e a destruição de florestas, foram criados parques em outras regiões. Entre 1959 e 1961, foram criados doze parques nacionais, três deles no Estado de Goiás e um no Distrito Federal. (DIEGUES, 2002, p. 69).

É importante salientar que o SNUC está ligado a uma série de outras estratégias ambientais, como: corredores ecológicos, integração entre os ecossistemas terrestres e marinhos, mosaicos de unidades de conservação, proteção de terras indígenas, áreas prioritárias de conservação, programa de proteção nas áreas protegidas da Amazônia, proteção das águas subterrâneas.

Apesar de ter avançado muito no que tange à conservação nos últimos anos, o Brasil ainda tem grandes desafios pela frente na gestão e planejamento das unidades e do sistema como um todo, na relação com as comunidades tradicionais e principalmente no uso e retorno destas unidades de conservação para a sociedade.

Na Argentina, as áreas protegidas são administradas pelas províncias, sendo também divididas em categorias, segundo critérios de utilização, modalidade de conservação e intervenção do estado. A lei XVI – ° 29, que estabelece o regramento dos Sistemas de Áreas Naturais Protegidas, define as seguintes categorias de conservação (quadro 3):

Quadro 3 – Sistema de Áreas Naturais Protegidas da Argentina

Sistemas de Áreas Naturais Protegidas da Argentina	
Classificação	Definição
Parques Provinciais	São as áreas terrestres ou aquáticas em seu estado natural, que tenham interesse científico particular ou especial atrativo por suas belezas paisagísticas.

Monumentos Naturais	São os sítios, espécies vivas e plantas, ambientes naturais e depósitos arqueológicos e paleontológicos de relevância e singular importância científica, estética ou cultural, declarados como tais por leis especiais, recebendo proteção absoluta.
Reservas Naturais Culturais	São as áreas que se encontram em comunidades indígenas interessadas em preservar determinadas pautas culturais próprias e cuja relação harmônica com o meio é necessário garantir e as que abriguem sítios arqueológicos, ruínas jesuíticas ou qualquer outra referência histórica de interesse.
Reservas de Uso Múltiplo	As áreas que, determinadas por estudos preliminares são apropriadas para a produção de madeira, mineração, água, agricultura e gado autossuficiente, da flora e fauna nativas e formas de recreação em ar livre.
Parques Naturais Municipais	São essas propriedades do domínio municipal que preservam os recursos de interesse educativo e / ou turístico, que permitem a subsistência em áreas urbanas ou áreas periurbanas de beleza natural dignas de serem preservadas e declaradas como tal pelas autoridades competentes.
Reservas Privadas	Reservas Privadas são entendidas como as áreas de domínio dos indivíduos, com elementos naturais ou culturais com valor de conservação que, através de acordos com as autoridades ambientais, passam a integrar o Sistema de Áreas Naturais Protegidas.
Paisagens Protegidas	Serão consideradas paisagens protegidas as paisagens naturais, de caráter seminatural e cultural digno de ser preservado em sua condição tradicional ou atual.
Reservas Naturais Estritas;	É uma área terrestre ou fluvial, que possui algum ecossistema, característica de espécies geológico-fisiográficas, destacadas ou representativas, destinadas principalmente a atividades de pesquisa científica e monitoramento ambiental.

Reservas Aquáticas	Uma reserva aquática é considerada uma reserva que constitui uma área de reprodução ou desova, concentração de escolas, exclusivamente qualificadas para estes propósitos e, quando apropriado, outros ambientes que são considerados especialmente dignos de proteção para seus valores de conservação.
--------------------	--

Fonte: lei XVI – ° 29. Governo de *Misiones*. “Tradução nossa”.

Como vimos no quadro anterior, a estrutura de administração das áreas protegidas provinciais na Argentina é assim como o sistema brasileiro, categorizada e dividida para sua melhor administração. A grande diferença aqui é a administração, ficando a cargo das províncias, que têm ministérios, que equivalem às secretárias do meio ambiente nos estados brasileiros. Outro ponto importante a se mencionar é a maior abertura destas áreas naturais protegidas para o público, sendo a prática do turismo muito incentivada.

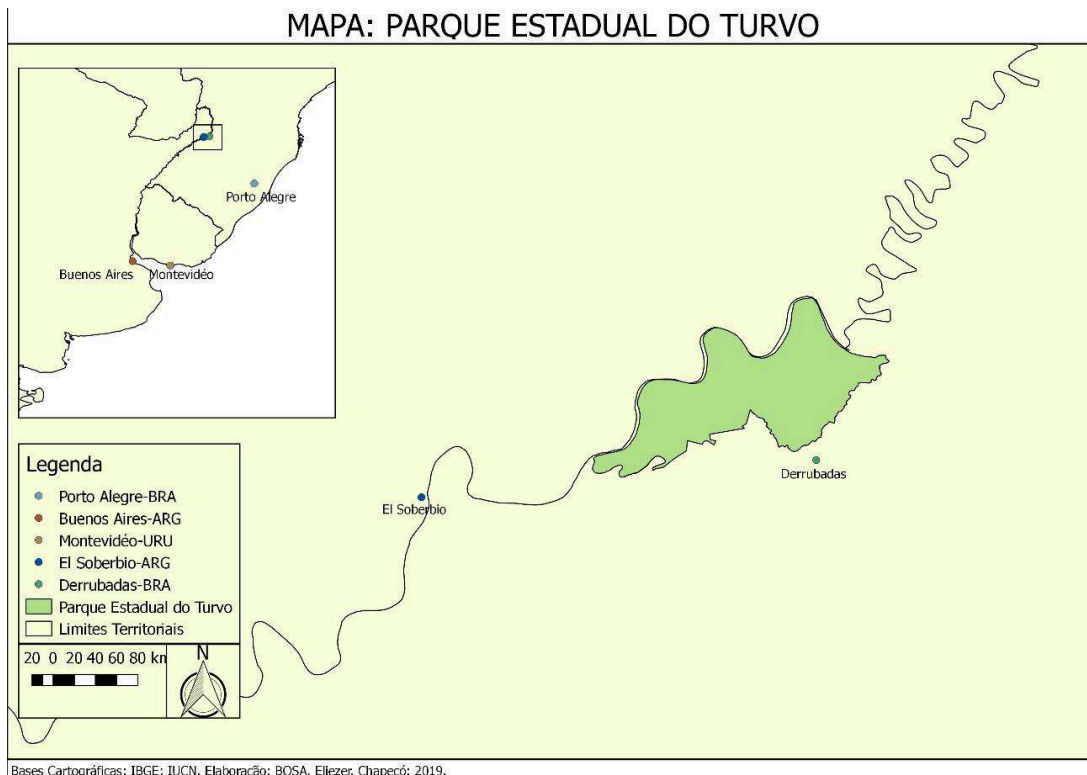
3.4. O PARQUE ESTADUAL DO TURVO

Criado em 11 de março de 1947 pelo Decreto Estadual n° 2.312, ainda como Reserva Florestal Estadual, a reserva do Turvo foi uma das primeiras Unidades de Conservação do estado do Rio Grande do Sul a ser instituída, sendo transformado em Parque Estadual através da Lei n° 2.440 de 02 de outubro de 1954, com o objetivo de

preservar o ecossistema local de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (PARQUE ESTADUAL DO TURVO, 2019.)

O Parque está localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, com coordenadas 27°07 a 27°16 em latitude Sul e 53°48 a 54°04 em longitude Oeste, no município de Derrubadas, junto ao rio Uruguai, fazendo divisa com o estado de Santa Catarina e a província argentina de *Misiones* (mapa 6).

Mapa 6 – Parque Estadual do Turvo



Território pertencente ao Parque Estadual do Turvo, no Rio Grande do Sul. Fonte: Elaborado pelo autor.

Atualmente, o parque possui uma área de 17.491,4 hectares, com um perímetro de cerca de 90 km. O parque busca preservar os remanescentes da vegetação típica da região do Alto Uruguai gaúcho, contando nele com diversas categorias de florestas, sendo a Floresta Estacional Decidual a predominante na UC, como é definido pelo Plano de Manejo do Parque Estadual do Turvo:

É importante ressaltar que as espécies ocorrentes nesse estrato, embora não tenham atualmente uma ocorrência generalizada no Parque (como é o caso da canafístula, presente apenas numa pequena porção de mata melhor conservada próximo à estrada para o Salto do Yucumã e de ocorrência muito esporádica em outras áreas), são de extrema importância na caracterização fisionômica da floresta, não apenas pela sua altura destacada, como pela sua caducifólia, determinante para o enquadramento das matas do Alto Uruguai na Região Fitoecológica da Floresta Estacional Decidual. (PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO TURVO, 2005, p. 110)

No território da unidade de conservação, onde se localiza o Salto do Yucumã, é possível identificar uma paisagem de grande beleza cênica e de grande potencial turístico, sendo este salto definido como:

[...] uma queda d'água com origem tectônica (cerca de 200 milhões de anos), de singular ocorrência, devido sua grande extensão e por ser

longitudinal ao sentido do rio. Constitui-se no maior atrativo cênico do Parque. Possui 1.800 metros de extensão e quedas de 12 a 15 metros de altura, que surgem como se fossem várias quedas d'água menores, uma ao lado da outra, com blocos irregulares, devido ao intenso diaclasamento da rocha. [...] A origem mais provável dessa formação rochosa está associada com a geração do sistema de fraturas subverticais originadas durante o resfriamento do magma. A implantação desse sistema de fraturas e o diaclasamento horizontal e vertical interno dos derrames basálticos permitiram a fragmentação de blocos sendo que esses blocos foram posteriormente removidos por movimentos de queda e tombamento e, também, pela ação da água permitindo a conformação do relevo atual. (PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO TURVO, 2005, p. 94).

Pelo fato de toda a região estar situada no bioma da Mata Atlântica, a exploração madeireira em tempos pretéritos foi intensa. Além da exploração madeireira, a derrubada da mata para a criação de lavouras apressou o processo de deterioração do ecossistema local, principalmente na primeira metade do século XX, fazendo-se necessária a criação da Unidade de Conservação, que serve como um instrumento de controle e preservação do ecossistema local.

Outros aspectos físicos-naturais a serem destacados são a geologia e a hidrologia do parque, já que desses se forma o Salto do Yucumã. A área do Parque Estadual do Turvo se insere na Planície Basáltica do Rio Grande do Sul, sendo esse constituído por rochas magmáticas oriundas de derrames de lava da Formação Serra Geral, pertencendo ao Grupo São Bento. Estas formações se deram através da:

[...] sucessão de derrames de lava que extrudiram a partir de fraturas preexistentes e tiveram seu auge durante o período Juro-Cretácico (190 a 90 milhões de anos) formando conjuntos de derrames sobrepostos. A composição predominante dessas lavas é básica apresentando uma sequência superior ácida. (PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO TURVO, 2005, p. 93).

Em relação à hidrologia, a área protegida está inserida na Região Hidrográfica do rio Uruguai, tendo quatro bacias hidrográficas na área do parque, que são drenadas para este rio: rio Parizinho, arroio Mairoso, arroio Calixto e rio Turvo. Neste sentido, o rio Uruguai é parte fundamental do ecossistema do parque, sendo que o Salto do Yucumã está localizado nesse rio, que marca a divisa com a Argentina.

Do ponto de vista legal, o Parque Estadual do Turvo é classificado como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, sendo que o Parque Estadual equivale a um Parque Nacional. O Parque Estadual do Turvo é reconhecido como uma área de extrema importância para a conservação do ecossistema local, sendo caracterizado como uma área de máxima restrição, fazendo parte da Reserva da Biosfera da Mata

Atlântica.

Uma iniciativa importante a ser mencionada, e que tem a ver com a própria fronteira, é a criação de um corredor verde trinacional de áreas protegidas, compreendendo áreas do Brasil, da Argentina e do Paraguai, conectando o Parque Estadual do Turvo no Rio Grande do Sul e o Parque Nacional do Iguazu no oeste do estado do Paraná, com as florestas da província de *Misiones*, na Argentina. Iniciativas como estas, e também a relação com o *Parque Provincial de Moconá* e a *Reserva de la biosfera Yabotí*, são de extrema importância para o Parque do Turvo, pois ampliam a possibilidade de preservação do ecossistema local, devido à junção destas áreas que facilita o deslocamento e a territorialização da flora e, principalmente, da fauna.

Estas áreas contínuas de preservação também permitem ações conjuntas entre ambos os lados da fronteira, sendo que as unidades de conservação presentes do lado argentino da fronteira constituem na maior área de Mata Atlântica preservada no mundo. Estes espaços são os últimos refúgios para animais como a onça-pintada, a anta e o gavião-real (harpia) no Rio Grande do Sul.

A relação conflitante entre a administração do parque e a administração pública municipal cria um grande entrave para o maior fomento de atividades de ecoturismo (principalmente visitas ao Salto do Yucumã, paisagem de grande beleza cênica natural), haja vista que o parque segue suas normas de funcionamento que em grande medida estão em desencontro com os objetivos das administrações públicas locais, como é expresso no Plano de Manejo do parque:

Historicamente, as sucessivas administrações do Parque do Turvo e da coordenação das Unidades de Conservação Estaduais não têm obtido boas relações com as Prefeituras de Derrubadas e de Tenente Portela que, até pouco tempo atrás, viam a área como local de lazer para a comunidade e fonte de ingressos através do turismo. Em várias oportunidades, as autoridades locais manifestaram desejo de que a administração do Parque passasse para a esfera municipal ou que o diretor fosse indicado politicamente pelos mesmos. Seguidamente ocorriam problemas originários da interferência de membros da prefeitura para que o Parque fosse aberto fora dos dias programados ou para a isenção da cobrança de ingressos. (PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO TURVO, 2005, p. 48).

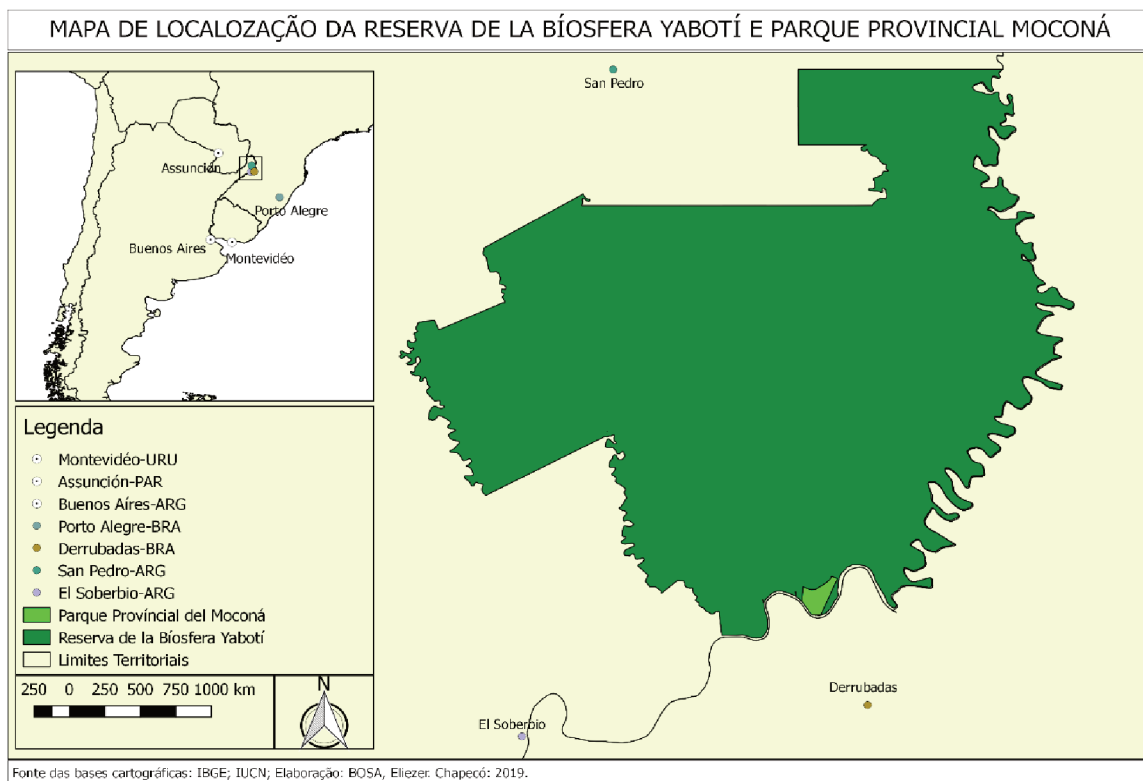
O Parque Estadual do Turvo constitui-se em uma ferramenta potente na política de preservação ecológica, sendo esse um elemento conflitante de interesses e ideologias distintas, um espaço de conservação florística e animal, com potencialidades turísticas. Juntamente com o Salto do Yucumã, o Parque do Turvo forma um conjunto ecossistêmico de ligação com o país vizinho.

3.5. PARQUE PROVINCIAL MOCONÁ

Localizado na região sudeste da província de *Misiones*, na Argentina (mapa 7), nas margens do rio Uruguai, o Parque Provincial Moconá, foi criado em 1988 através do Decreto del Poder Ejecutivo Provincial N° 1434.

O *Parque Provincial Moconá* conta com cerca de 999 hectares de área preservada, fazendo divisa ao leste com o Parque Estadual do Turvo no Brasil, e fazendo parte da *Reserva de la Bósfera Yabotí* que compreende um total de 220 mil hectares de área protegida. É importante comentar, que a área preservada do Parque Moconá está no território do município de *San Pedro*, porém os acessos para brasileiros que desejam conhecer o parque se dá por *El Soberbio*.

Mapa 7 - Reserva de la Bósfera Yabotí e Parque Provincial Moconá



Localização do Parque Provincial Moconá e da Reserva de la Biosfera Yabotí. No mapa podemos visualizar como o parque está inserido em uma rede de proteção junto da reserva Yabotí. Fonte: Elaborado pelo autor.

O parque *Provincial Moconá* é administrado pelo Ministério da Ecologia e Recursos Naturais Renováveis da província de *Misiones*, sendo incluída no Sistema de Áreas Naturais Protegidas dessa província. Esse sistema, assim como o brasileiro, subdivide as áreas protegidas em categorias, sendo que *Moconá* está inserido na de

Parque Provincial.

Como é demonstrado no mapa 7, o parque está localizado dentro de uma área de proteção maior, a qual favorece e facilita na proteção da unidade de conservação. Outro aspecto importante a ser citado é a lei Nº 3.631 – Área Integral de Conservação e Desenvolvimento Sustentável Corredor Verde da Província de *Misiones*. Esta lei cria um corredor verde com unidades de conservação da província de *Misiones*. Em 1993, através da Lei Provincial Nº 3041, cria-se a *Reserva de la Biosfera Yabotí*, com 220000 hectares, abarcando o Parque Provincial Moconá e o Parque Provincial Esmeralda.

A região nordeste da Argentina, onde se localiza o parque, tem como característica geológica rochas magmáticas, como arenitos e basaltos, resultantes de erupções vulcânicas ocorridas há cerca de 165 milhões de anos, no período Jurássico. Destes afloramentos surgem relevos planálticos, com altitudes que chegam no máximo a 1000 metros. Mesmo que o Parque do Turvo e do *Moconá* compartilhem do rio *Uruguai*, que forma os saltos, existem diferenças significativas entre as duas margens, no lado brasileiro (margem esquerda) encontram-se afloramentos de basaltos, no lado argentino (margem direita) encontra-se basalto erodido que forma o chamado solo “colorado”.

No que tange à hidrologia, o *Parque Moconá* é delimitado por dois cursos d’água, o rio *Uruguai* e o *Arroyo Yabotí* ou *Pepirí Miní*, que desemboca no primeiro. O rio *Uruguai* é de fundamental importância, pois seus regimes hidrológicos definem o acesso e a visão da maior atração turística do parque, que são justamente os *Saltos del Moconá*, descritos por Espóxito (2004) como:

[...] a consequência de uma fratura no leito do rio Uruguai no sentido noroeste e sudoeste, formando a impressão de um “S” de 6 km. de longitude, entre a desembocadura dos rios brasileiros Serapião e Calixto e os rios argentinos *Pepirí Guazu* e *Yabotí* ou *Pepirí Miní*. Desta maneira surge um desnível de 5 a 6 metros, com uma queda de água ao longo de 3000 metros de extensão no sentido oeste. (ESPÓZITO, 2004, p. 15, tradução nossa).

Figura 2 - *Saltos del moconá* /salto do yucuma



Fonte: Raquel Fonseca.

Segundo o *Plan de Manejo del Parque Provincial Moconá*, o parque abriga 721 espécies de plantas, sendo que a vegetação predominante é a *Selva Paranaense*, que corresponde em grande medida à Floresta Estacional Decidual. A unidade de conservação também abriga mais de 300 espécies de animais, porém devido à pequena extensão territorial do parque não se tem a ocorrência de animais de grande porte.

O *Parque Provincial Moconá*, é elemento crucial para entendermos a relação fronteiriça na região. Embora o parque não esteja no território de *El Soberbio*, acaba se transformando em uma ponte entre esse e os municípios brasileiros da outra margem do Uruguai.

3.6. BREVES CONSIDERAÇÕES

Como abordado neste capítulo, a relação entre os interesses da sociedade e a conservação ambiental nem sempre andam juntas, mas indiscutivelmente se relacionam. Mais do que a simples apropriação dos recursos e do ambiente, o ser humano cria um conjunto de leis e normas que legitimam ou deslegitimam o acesso à natureza.

Nos casos dos parques descritos, temos uma forte carga ideológica e política que representa a maneira que os dois países enxergam a relação com a natureza. Como encaminhamento para o próximo capítulo, ficam alguns questionamentos, como: Qual é a relação dos sujeitos da região estudada com as áreas naturais protegidas? Até que medida estas áreas de proteção são elos entre os territórios fronteiriços estudados?

4. A RAIJA INTERNACIONAL SUL-RIO-GRANDENSE: UM ELO ECOLÓGICO- PAISAGÍSTICO

4.1. INTRODUÇÃO

No presente capítulo, faremos uma análise a partir das observações levantadas no trabalho de campo. Tomando como base as informações e impressões obtidas em campo, tentaremos determinar se de fato existe uma raia nessa região fronteira.

Essas análises terão como base as concepções teóricas desenvolvidas neste trabalho, relacionando a teoria com a realidade da região estudada. É importante salientar que nos trabalhos de campo analisamos as unidades de conservação em ambos os lados da fronteira, assim como suas possibilidades referentes ao elo raiano. Além disso, também buscamos entender a visão da comunidade externa aos parques, para compreender, de forma mais abrangente, quais são as potencialidades da possível raia e as limitações proporcionadas pela fronteira.

Entre os dias 11 a 14 de abril de 2019, realizamos uma atividade de campo a fim de compreender a dinâmica fronteira da área de estudo, analisar os possíveis elos raianos e refletir sobre as potencialidades da raia em questão. Para tanto, seguimos um roteiro preestabelecido, que contava com a visita em pontos cruciais para a resposta da problemática da pesquisa. Esses pontos de visita foram: O Parque Estadual do Turvo, em Derrubadas-RS; A Secretaria do Turismo de Derrubadas-RS; A Secretaria de Turismo de *El Soberbio-Misiones*; O *Parque Provincial Moconá*, pertencente a *San Pedro-Misiones*; Participação na Ação de Limpeza do Rio Uruguai.

Considerando que a raia é um elemento de aproximação e convergência entre povos dos dois lados da fronteira, e que nela existem semelhanças culturais, sociais e paisagísticas, percebe-se que os elos que ligam os territórios de *El Soberbio*, na Argentina, com os municípios lindeiros ao rio Uruguai, no lado brasileiro – especialmente em Derrubadas –, são significativamente/fortemente ecológicos.

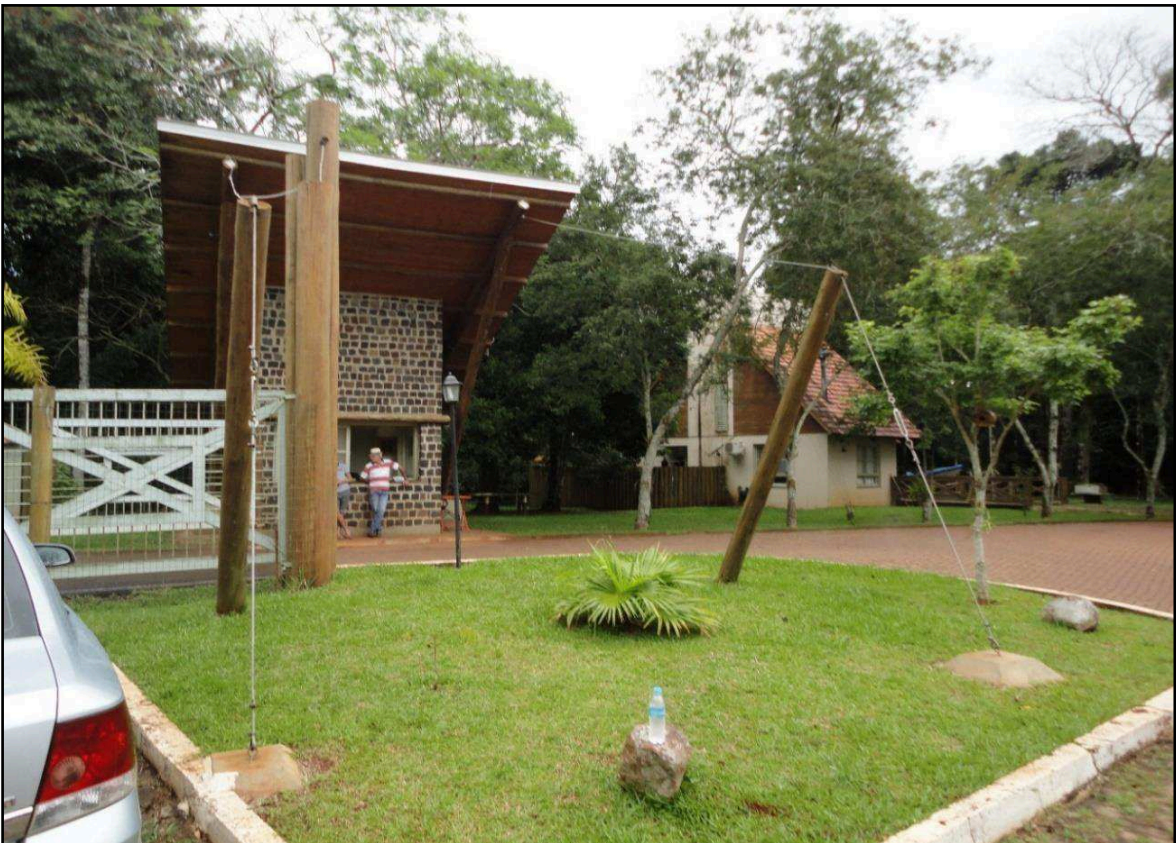
4.2. PARQUE ESTADUAL DO TURVO E DERRUBADAS

Como evidenciado no mapa 8, as UCs são elementos fundamentais de ligação paisagística e cultural entre os territórios. Dessa maneira, iniciamos o trabalho de campo com uma visita ao Parque Estadual do Turvo, onde buscamos, através de conversas com

o gestor do parque, compreender a relação do local com o município de Derrubadas, qual é a atual realidade e dificuldades na gestão da unidade de conservação e qual a relação desse espaço com o *Parque Provincial Moconá*. Nessa visita, evidenciaram-se vários pontos passíveis de discussão, desde sua estrutura, os conflitos com os agricultores que circundam os limites do parque, a relação com a prefeitura, as dificuldades financeiras para manter o parque em funcionamento e a relação com o *Parque Provincial Moconá*.

Ao observar/analisar a estrutura do Parque do Turvo, os principais elementos observados foram: uma guarita para recebimento e cobrança de ingresso (figura 3), e uma sede onde se localiza toda a parte administrativa e o recebimento de turistas para maiores informações (figura 4). Nesta área, também se encontra um pequeno museu, com informações históricas do parque e alguns exemplares de fauna taxidermizada, além de um auditório (figura 5).

Figura 3 - Guarita do Parque Estadual do Turvo



*Guarita de recebimento de turistas e cobrança de ingresso para a visitação do Salto do Yucumã.
Fonte: Raquel Fonseca.*

Figura 4 - Sede do Parque Estadual do Turvo



Fonte: Raquel Fonseca

Figura 5 – Sede do Parque Estadual do Turvo, Visão Interna



Museu e exposição de exemplares de fauna taxidermizada, de alguns animais que vivem no parque. Fonte: Raquel Fonseca.

O parque também conta com duas trilhas, nas quais é possível conhecer um

pouco sobre o ecossistema da Mata Atlântica. A grande atração turística é o famoso Salto do Yucumã (figura 6), que se destaca pela beleza cênica. O Salto do Yucumã está localizado a cerca de 15 km da sede do parque, possuindo uma estrada não pavimentada como único acesso (figura 7).

Figura 6 – Saltos do Yucumã



Salto do Yucumã, exato ponto da fronteira entre Brasil e Argentina, abaixo das quedas Brasil, acima das quedas Argentina. Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 7 – Acesso ao Salto do Yucumã



Acesso para o Salto do Yucumã, o único acesso consiste nessa estrada não pavimentada, o que gera problemas em momentos de chuva. Fonte: Raquel Fonseca.

Em geral, a estrutura do parque é regular, ainda estando em processo de melhoramento, observado em obras como as construções de algumas cabanas próximas ao Salto do Yucumã, que devem servir como espaço de lazer. Os acessos, como foi possível observar na figura 6, são precários, tanto para o Salto do Yucumã, como no próprio acesso ao Parque Estadual do Turvo, onde, por alguns quilômetros, esse acesso encontra-se como estrada não pavimentada. Outro aspecto a ser considerado, é a falta de mirantes ou atrações turística-ecológicas no caminho até o parque.

As dificuldades expressas nas estruturas são reflexos diretos dos baixos investimentos advindos do estado do Rio Grande do Sul. Segundo o gestor do parque, a principal fonte atual de verbas são as medidas compensatórias advindas da construção de usinas hidrelétricas ao longo do rio Uruguai. Essas usinas, como a UHE Foz de Chapecó localizada em Águas de Chapecó, impactam diretamente no parque, pois, por se localizarem a jusante em relação ao Salto do Yucumã, elas impactam no volume de água do rio Uruguai, deixando menos ou mais visível a queda de água dos saltos.

A partir deste ano, a administração do setor de turismo da unidade de

conservação, fica a cargo da prefeitura municipal de Derrubadas. Na prática, a prefeitura está fazendo alguns investimentos em estrutura, como uma área de lazer próxima aos Saltos do Yucumã e algumas reformas estruturais na sede do parque. Em contrapartida o dinheiro dos ingressos para a visitação do Salto do Yucumã fica com o município. Claramente o parque não é tratado como um elemento turístico na região. Em grande medida, isso ocorre pelo fato de que o Parque Estadual do Turvo é uma unidade de conservação integral, o que dificulta a prática do turismo. Para tal desenvolvimento turístico são necessários investimentos em estrutura no parque e na cidade, melhorias nos acessos que não causem impacto no meio ambiente e talvez, até a disponibilização de meios de transporte dentro da área protegida.

Outro aspecto que dificulta ações de ecoturismo no parque é o desencontro da visão da gestão com a visão da secretaria de turismo municipal. Evidentemente, a unidade de conservação tem normas e leis muito específicas e rígidas sobre a utilização do espaço, normas que, muitas vezes, são do desagrado da secretaria de turismo, que gostaria de implementar ações e utilizar o espaço de maneira que possibilitasse um maior percentual em lucro para o município.

Outra implicação pela falta de verbas é o baixo número efetivo de funcionários. Hoje, apenas dois guarda-parques trabalham no local, cobrindo um área de cerca de 17 mil hectares. Esse é um fato que preocupa a administração do parque, pois, com o pouco número efetivo de guarda-parques, torna-se mais difícil a fiscalização do local. Segundo o gestor, um dos grandes problemas atuais consiste na produção do agronegócio, que é a principal atividade econômica do município e também da região norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul. O uso de defensivos agrícolas e pesticidas contra pragas nas lavouras de monocultura de soja, milho e em menor medida, em plantações de trigo, interfere no ecossistema, pois pode contaminar as nascentes de água, além de ser ingerido diretamente pelos animais.

O zoneamento estabelecido pelo Plano de Manejo do Parque Estadual Do Turvo estabelece sete diferentes zonas de manejo na área protegida. A última delas, chamada de zona de amortecimento, consiste, segundo o documento, em uma:

Área delimitada no entorno da unidade, onde as atividades humanas deverão estar sujeitas a normas e restrições específicas que serão estabelecidas ao longo do Plano de Manejo, visando a minimização dos impactos ambientais externos sobre o Parque. (PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO TURVO, 2005, p.227).

Essa zona de amortecimento é, justamente, a área de impacto, e faz divisa com

as lavouras de monocultura. De fato, essa é a área mais afetada e além disso, existe o conflito entre agricultores e os profissionais do parque, pois não é raro que os animais de porte médio do parque invadam as propriedades vizinhas e causem avarias nas lavouras. É importante citar que essa zona de amortecimento deveria ser uma área sem pressão antrópica, não necessariamente sendo uma área de vegetação densa. Porém, como é possível observar na figura 8, essa zona não é respeitada de maneira correta, como especificado no Plano de Manejo:

A definição da Zona de Amortecimento foi fundamentada em limites que incluam as áreas de interferência que podem afetar diretamente o Parque Estadual do Turvo. Foram incluídas nessa zona as microbacias que drenam diretamente para o Parque ou para os principais rios limítrofes, Parizinho e Turvo, que são limítrofes à UC. Utilizou-se como limite, sempre que possível, as rodovias existentes na região e na inexistência destas, cotas altimétricas que funcionam como divisores de águas. (PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO TURVO, 2005, p.227).

Figura 8 – Zona de Amortecimento Prevista no Plano de Manejo do Parque Estadual do Turvo



Pressão antrópica proporcionada pelo cultivo da monocultura, na imagem soja. Fica evidente na imagem, que a zona de amortecimento não está sendo respeitada da forma que está expressa no Plano de Manejo, com a lavoura estando no limite do parque. Fonte: Raquel Fonseca.

Na figura anterior, percebemos que essa zona de amortecimento é quase inexistente

em alguns trechos do parque, tendo, desta maneira, as lavouras de monocultura como vizinhas diretas. É importante mencionar que, nessa região, não é rara a aplicação de multas devido ao descumprimento das leis ambientais, conforme consta na Lei N° 9.605.

O parque parece estar desconectado com a realidade do município, seja pelos conflitos existentes com agricultores, ou então pelos desencontros ideológicos sobre a utilização do parque para turismo com a prefeitura, e também pela ausência de trabalhos de educação ambiental nas escolas do município.

Sobre a educação ambiental, o gestor menciona apenas iniciativas no próprio parque, onde, quando visitantes chegam no local, são direcionados para um auditório, momento em que são instruídos sobre o trabalho desenvolvido ali e a importância da conservação do ecossistema da mata atlântica. A ausência de iniciativas de educação ambiental nas escolas do município se dá, de acordo com o gestor, como/por um reflexo da falta de funcionários no parque.

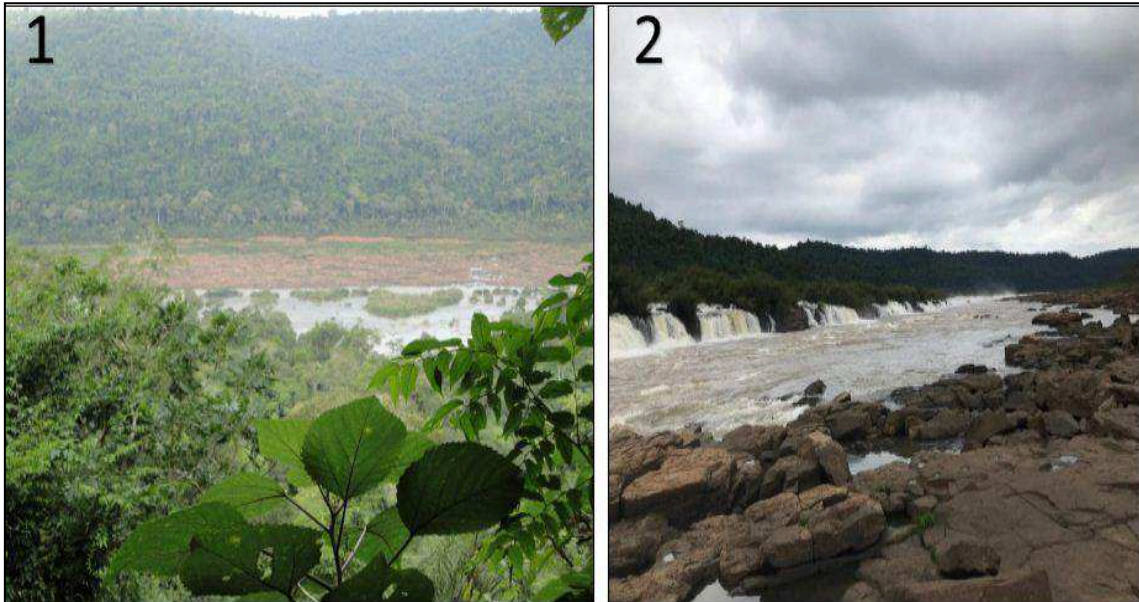
Iniciativas de educação ambiental nas escolas podem ser ferramentas importantes para aproximar o parque com a população do município. Os estudantes aprendem sobre o parque, sobre preservação, e passam esse conhecimento para os pais e familiares. As iniciativas de educação ambiental são desenvolvidas dentro do parque, e são comuns as visitas de estudantes e professores de escolas e de universidades. Pesquisas em nível de graduação e pós-graduação também são desenvolvidas nessa unidade de conservação.

A relação do Parque Estadual do Turvo com o *Parque Provincial Moconá* também foi abordada na conversa com o gestor do parque e segundo o próprio, são poucas as ligações com a unidade de conservação vizinha, limitando-se a algumas atividades práticas, como patrulha conjunta (onde cada parque fiscaliza o seu território) e a comunicação para saber a situação do Salto do Yucumã, se este está visível ou coberto pela água. Esta última atividade citada acontece da seguinte forma: os guarda-parques do parque *Moconá* aproveitam a vista dos saltos de uma área mais alta e relatam via *whatsapp* a situação para os guarda-parques brasileiros.

Essas atividades, como por exemplo, a comunicação sobre o nível de água do Salto Yucumã, nos permitem pensar sobre o conceito da raia e fazer reflexões sobre a própria raia a ser estudada. Podemos afirmar que os Saltos do Yucumã e o *Saltos del Moconá*, são um elo entre as duas unidades de conservação, sendo um elemento comum entre os territórios. As relações produzidas neste espaço são peculiares, pois as quedas d'água são pertencentes ao território argentino, porém a paisagem resultante dessas são

mais bem vista do lado brasileiro, sendo contemplada pelos argentinos apenas a bordo de embarcações. Portanto o que temos aqui é uma relação paisagem-território ímpar, na qual o território é argentino, mas a paisagem é brasileira!

Figura 9 – Saltos Longitudinais



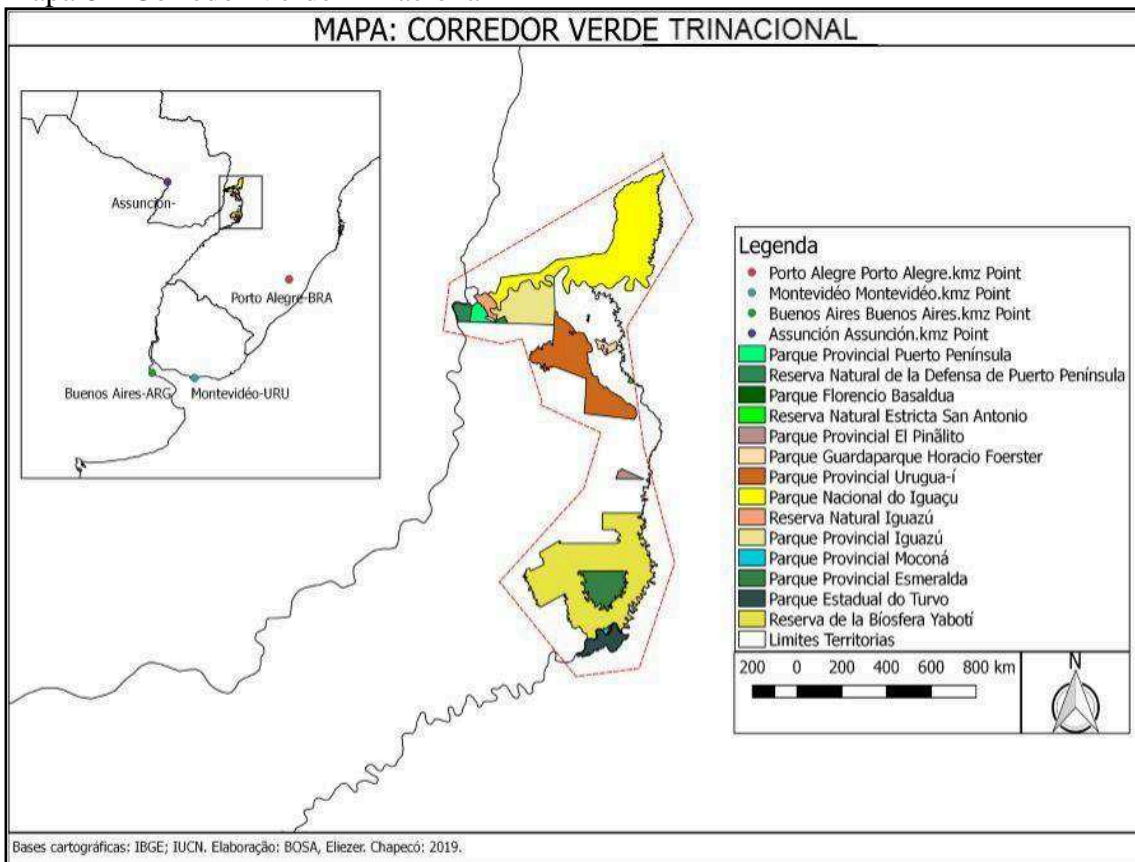
Na imagem 1, observamos a vista argentina dos saltos longitudinais, nessa paisagem, é possível de ser identificada através de um mirante em uma das trilhas do Parque Provincial Moconá. Na imagem 2, vemos a paisagem do lado brasileiro, essa paisagem se estende por alguns quilômetros na margem esquerda do rio Uruguai. Fonte: Raquel Fonseca.

Uma tentativa de aproximação entre os dois parques é a participação de funcionários ligados ao parque *Moconá* no conselho de gestão do parque do Turvo. Esse conselho é presidido pelo gestor do parque do Turvo e representantes da sociedade civil e conforme informa o site do Instituto Chico Mendes, visa promover uma gestão compartilhada da unidade de conservação, contando com a participação da sociedade. Talvez pela diferença na legislação ambiental, ou por motivos que desconhecemos, não há brasileiros no conselho de gestão da unidade de conservação do lado argentino.

Outro elemento de ligação está na iniciativa de criação de um corredor verde trinacional de proteção do bioma mata atlântica (mapa 8), com unidades de conservação do Brasil, da Argentina e do Paraguai. Esse corredor se estende do Parque Estadual do Turvo, ao sul, até o Parque Nacional do Iguaçu, ao norte, abrangendo as unidades de conservação argentinas e paraguaias em regiões fronteiriças. Esse corredor é um produto direto de outras políticas públicas semelhantes, como a criação do Área Integral de Conservação e Desenvolvimento Sustentável Corredor Verde da Província de *Misiones*, e o Corredor da Biodiversidade na tríplice divisa entre Brasil-Argentina-

Paraguai.

Mapa 8 – Corredor Verde Trinacional



O mapa espacializa as unidades de conservação que formam o corredor verde. É possível perceber, com clareza, que se trata de uma iniciativa internacional, valorizando os elos ecológicos entre os territórios fronteiriços. Fonte: Elaborado pelo autor.

Como demonstrado no mapa 8, o parque do Turvo e o parque *Moconá* fazem parte de uma iniciativa conjunta de preservação. Porém, na prática, poucas são as iniciativas e decisões tomadas em conjunto com as duas gestões. A comunicação é básica, apenas por questões pontuais, e não se imaginam, em curto prazo, ações que possam melhorar essa comunicação entre os dois parques ou, pelo menos, essas ações não estão em planejamento ao lado brasileiro, tampouco se imaginam iniciativas de utilização conjunta dos saltos para o ecoturismo, ou algo como um circuito de parques, em que os dois em questão tenham iniciativas para o ecoturismo. A inexistência de informações básicas sobre o parque vizinho é um sinal claro de que muito ainda precisa-se avançar no sentido de uma integração entre as duas unidades de conservação.

Dando sequência ao trabalho de campo, conversamos com a responsável pela secretaria de turismo de Derrubadas, momento em que tentamos entender a relação do parque com a comunidade e também sobre a representatividade e as potencialidades

da unidade de conservação.

Segundo a secretária, o parque do Turvo tem uma representação simbólica enorme para o município, sendo, além de uma área com grande potencial turístico, o grande símbolo do município de Derrubadas. Nesta conversa, ficou evidente o pouco aproveitamento do parque como elemento turístico. Isso se deve, principalmente, pela rígida legislação ambiental, que não permite algumas formas de uso do parque.

O choque de ideias entre o governo municipal e a administração do parque, reflete em uma discussão antiga. O município entende que deve ter mais influência na gestão do parque, afim de aproveitar seu potencial turístico. Já a administração do Turvo acredita que a abertura em demasia para a prática do turismo pode causar riscos ao ecossistema local. No início do ano de 2019, foi firmado um convênio entre a prefeitura de Derrubadas e a administração do parque do Turvo, no qual consta que toda a parte de ecoturismo do parque seria administrada pela secretaria de turismo de Derrubadas. Em contrapartida, a prefeitura faria investimentos na estrutura do mesmo. Esses investimentos, segundo a secretária de turismo do município, já estão em curso. Ela cita a reforma no encanamento e na rede elétrica, além de reafirmar que muito ainda precisa ser feito, como melhorias na estrutura da sede do parque e a construção de uma área de lazer próxima ao Salto do Yucumã, para que o turista possa aproveitar com mais conforto e segurança.

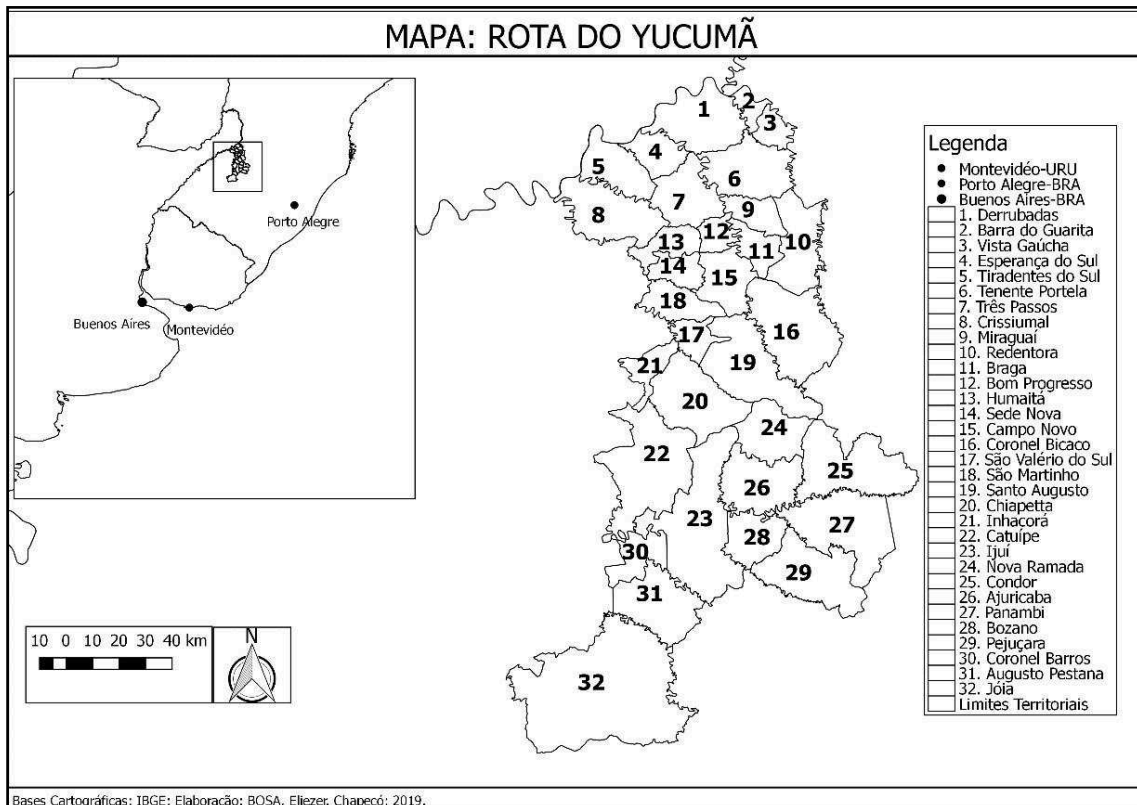
Outro aspecto comentado em relação a melhorias futuras é a presença de um espaço na sede do parque, destinado para a comercialização de artesanatos e lembranças produzidos por artesãos locais. A secretária de turismo relata que esta foi uma ideia para levar um pouco do município até o turista, já que na maioria das vezes o visitante passa direto para a unidade de conservação, sem conhecer a cidade.

É grande a importância do Parque do Turvo e, principalmente, do Salto do Yucumã para o turismo, pois são vistos como possibilidades a médio prazo para gerar uma nova fonte de renda ao município, fomentando assim uma rede de turismo rural, que se estenderia para outros municípios, com outras atrações turísticas.

Nesse sentido, de fortalecer o turismo local, surgiu em 2000 o consórcio Rota do Yucumã, que, segundo seu site oficial, tem como grande objetivo promover o turismo sustentável junto com a comunidade local. É importante salientar que a Rota do Yucumã (mapa 9) é considerada uma região turística reconhecida pelo governo do estado do Rio Grande do Sul. Esse consórcio conta com 32 municípios da região noroeste gaúcha, sendo eles: Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra da Guarita, Bom Progresso, Braga,

Campo Novo, Catuipe, Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Bozano, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Miraguaí, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.

Mapa 9 – Rota do Yucumã



Mapa ilustrando os municípios integrantes do consórcio Rota do Yucumã. Fonte: Elaborado pelo autor.

Através do interesse pelo desenvolvimento do turismo em Derrubadas, foi possível estreitar laços com o município de *El Soberbio*, sendo constante a troca de ideias, reuniões e conversas acerca de iniciativas para o desenvolvimento do turismo na região. Na visão da secretária de turismo, *El Soberbio* e a região próxima ao parque *Moconá*, estão melhor estruturadas para a atividade turística, servindo como referência para Derrubadas. Ela prossegue comentando que seria fundamental, para uma maior interação entre os dois lados da fronteira, a construção de uma aduana no distrito de Porto Soberbio, pertencente ao município de Tiradentes do Sul. Uma aduana nesse trecho, que serve de passagem entre os dois países por ter o acesso com balsas, seria fundamental para que argentinos pudessem vir com mais frequência e com mais segurança ao Brasil. Dessa maneira, uma estratégia possível com a instalação de uma aduana seria aproveitar o grande fluxo de turistas que seguem da província de *Misiones*

para o litoral catarinense, com Derrubadas e as atrações do parque do Turvo, podendo ser uma parada turística, já que estaria na rota para o estado de Santa Catarina.

Desse modo, algumas reflexões a respeito da raia e do Parque Estadual do Turvo se tornam possíveis a partir desse primeiro movimento realizado no trabalho de campo. É nítida a falta de políticas de integração do lado brasileiro. Essa ausência de políticas expressa-se na pequena relação entre o parque do Turvo e de *Moconá*, embora os dois parques façam parte de uma mesma iniciativa de preservação, tenham continuidades paisagísticas e estejam no mesmo bioma, são raras as iniciativas em conjunto dos dois parques.

Porém, existe aqui uma clara relação entre o território e paisagem, que extrapola os limites humanos e políticos. Pois, os animais e as plantas não reconhecem limites políticos, ou seja, para a natureza inconsciente, tudo faz parte de um mesmo território. O que temos aqui então, é um elo ecológico e paisagístico, evidenciando também relações raianas. Essas relações raianas se manifestam na presença dos dois parques e no cuidado com o ecossistema. Outro aspecto interessante são as constantes tentativas de aproximação entre as administrações públicas do município de Derrubadas com *El Soberbio*. Aproveitando as fortes relações entre os povos dos dois territórios, pode-se vislumbrar que políticas públicas visando a integração entre os dois lados da fronteira estão sendo pensadas.

4.3. PARQUE PROVINCIAL MOCONÁ E EL SOBERBIO

Na continuação do trabalho de campo, seguimos para o lado argentino da raia. Em um primeiro momento, conversamos com o secretário de turismo de *El Soberbio*, momento em que buscamos entender um pouco sobre as dinâmicas socioterritoriais e fronteiriças da população raiana argentina.

Logo de início, chamou-nos a atenção a ausência de um posto de controle policial ao lado brasileiro da travessia de balsa (mapa 10), que dá acesso a *El Soberbio*. O fato já havia sido relatado a nós pela secretária de turismo de Derrubadas. Segundo o secretário de turismo de *El Soberbio*, a ausência de uma estrutura deste tipo é muito prejudicial para o lado argentino da raia. Ele argumenta que as implicações políticas e econômicas são consideráveis.

Mapa 10 – Acesso para El Soberbio



Acesso ligando *El Soberbio* ao território brasileiro. Imagem: *Google Earth*. Fonte: Elaborado pelo autor.

A ausência de um aparato do estado brasileiro, como uma aduana, implica em uma série de limitações na locomoção e mobilidade dos argentinos. Pois, sem a fiscalização, qualquer argentino que entrar no Brasil, vindo do acesso das balsas em Porto Soberbio, estará de forma ilegal no Brasil. Desse modo, uma série de relações ficam engessadas, até simples reuniões entre as administrações dos parques e dos municípios ficam prejudicadas. E, da mesma maneira, as relações pessoais, de parentesco e amizade também, pois as visitas para o lado brasileiro só serão possíveis de duas maneiras difíceis: na ilegalidade ou em outro acesso com um trecho muito maior a ser percorrido.

Outra consequência da ausência do braço do estado nesta região fronteiriça são os prejuízos econômicos. De acordo com o secretário de turismo, se houvesse um aduana do lado brasileiro, fortaleceria a região como um espaço para o transporte de mercadorias, fazendo com que caminhoneiros pudessem comprar no comércio local. Outro aspecto seria o incremento de turistas, muitos dos quais vão veranear no litoral brasileiro e poderiam passar por *El Soberbio*, cortando caminho pela cidade, conhecendo assim o parque do *Moconá* e os *Saltos del Moconá*, conhecendo também a cidade.

Evidentemente, a administração pública de *El Soberbio* não está parada em

relação ao caso. Contando com o apoio dos municípios brasileiros da raia, algumas ações estão sendo tomadas visando pressionar o estado do Rio Grande do Sul a voltar a ter um posto de controle no acesso das balsas. No momento, existe uma antiga estrutura de aduana que foi desativada. Essas ações são a mais pura representação da raia, pois ambos os lados da fronteira enxergam em si semelhanças, convergências e também potencialidades, reivindicando de forma conjunta que políticas públicas sejam empregadas na raia.

De acordo com o secretário de turismo de *El Soberbio*, as relações fronteiriças com os brasileiros são muito fortes. Começando pelo idioma, é comum na região um idioma mesclado entre o português e o espanhol, sendo que grande parte da população do município fala ou entende a língua portuguesa. A cultura dos dois lados da fronteira também é muito semelhante, tendo em vista que o *El Soberbio* contou com uma grande imigração de colonos brasileiros nos primórdios do município. Outro aspecto em comum é o comércio, em que costumeiramente compram-se determinados produtos no Brasil e outros na Argentina, devido, principalmente, à flutuação do câmbio e a valorização das moedas.

Assim como em Derrubadas, com o parque do Turvo, o parque *Moconá* tem um grande valor simbólico para *El Soberbio*, sendo assim uma paisagem que representa a região. Embora não esteja no território do município, há uma grande propensão a utilizar o parque *Moconá* como rota turística. Existe, na cidade e nas imediações do parque, uma boa estrutura voltada para o turismo. São diversos campings, choupanas, roteiros turísticos que exaltam a cultura e história do município, hotéis, mirantes e acessos (figura 10 e 11) de excelente qualidade no caminho até o Parque *Moconá*.

Figura 10 – Mirantes para observação da Reserva de la Bíofera Yabotí



Mirante existente ao longo do acesso para o *Parque Provincial Moconá*. Nesses mirantes, é possível contemplar a imensidão da *Reserva de la Biosfera Yabotí*. Fonte Raquel Fonseca.

Figura 11 – Acesso ao Parque Provincial Moconá



Acesso ao *Parque Provincial Moconá*. Fonte: Raquel Fonseca.

Continuando o trabalho de campo, deslocamos-nos até o *Parque Provincial Moconá*, para conhecer um pouco mais sobre o local. Chama a atenção a excelente estrutura do parque, que conta com uma sede, onde os turistas recebem informação de funcionários do parque. Dentro dessa sede está exposto um acervo que conta um pouco sobre o parque (figura 12). Na área do parque tem também um restaurante e duas trilhas.

Figura 12 – Sede do Parque Provincial Moconá



Acervo contendo algumas informações sobre o trabalho realizado no parque, e sobre o parque propriamente dito. Fonte: Raquel Fonseca.

Como já mencionado, para que o turista veja os *Salto del Moconá*, é preciso, obrigatoriamente, acessar através de embarcações (figura 13) e, desta forma, também adentrando no território brasileiro.

Figura 13 – Passeio nos Saltos del Moconá



Embarcações levando turistas do parque argentino, para conhecer os Saltos del Moconá. Fonte: Luiz Henrique Carvalho.

Conversamos com uma guia, que nos contou um pouco sobre o parque. Aqui a funcionária do parque reforça o relato do gestor do Parque do Turvo, quando conversávamos sobre a relação entre as unidades de conservação argentina e brasileira. Segundo ela, existem algumas atividades pontuais nas quais são necessárias comunicações entre os dois lados, como na visualização dos saltos, por ter uma visão de um ponto mais alto, os guarda-parques do parque *Moconá* informam para os brasileiros a condição dos saltos. Segundo a mesma, é bem comum turistas brasileiros no parque, assim como de outros países.

A exemplo do Turvo, em *Moconá* também existe uma relação conflituosa com os agricultores do entorno do parque. Porém, pelo fato de o parque estar dentro da *Reserva de la Biosfera Yabotí*, a pressão antrópica é menor e os impactos da produção de fumo, citronela e pecuária não são tão sentidos na área de preservação.

Percebe-se que o parque *Moconá* está integrado na sociedade de *El Soberbio*, não apenas na parte turística, na qual se observa toda uma rede estruturada no entorno do parque, mas também com ações de educação ambiental. Segundo o secretário de

turismo de *El Soberbio*, e corroborado pela guia do parque, existe um trabalho muito forte de educação ambiental nas escolas do município. Estes programas de educação ambiental contam com a parceria entre o Ministério da Ecologia e do Ministério da Educação de *Misiones*. Estas atividades são práticas comuns no dia-a-dia dos alunos, desde os conteúdos trabalhados pelos professores, visitas de representantes do parque nas escolas da rede pública, ajudas na reciclagem de detritos encontrados no rio Uruguai e a valorização do próprio parque para a região.

Outra ação importante de educação ambiental, que conta com a parceria entre o *parque Moconá*, do parque do Turvo, e dos municípios da raia, é a Limpeza Binacional do Rio Uruguai (figura 14). Essa ação acontece anualmente e consiste na retirada de lixo de toda ordem e materiais de pesca irregular no rio. Para essa iniciativa, juntaram-se funcionários do *Parque Provincial Moconá* e do Parque Estadual do Turvo, representantes da Marinha, da Polícia e do Exército da Argentina, servidores municipais de *El Soberbio*, Tiradentes do Sul e Crissiumal, e também voluntários dos municípios acima citados. A Universidade Federal da Fronteira Sul se fez presente na atividade, pois, aproveitando o trabalho de campo, nossa comitiva se voluntariou para ajudar na limpeza do rio.

Figura 14 – Limpeza Binacional do Rio Uruguai



Limpeza Binacional do Rio Uruguai. Fotos: Reginaldo de Souza, Edson Gomes.

A limpeza binacional do Rio Uruguai funciona da seguinte maneira: primeiramente é recolhido o lixo do rio com o auxílio de embarcações, esse lixo recolhido é deixado em *El Soberbio*, onde será reciclado e utilizado em ações de educação ambiental junto às escolas do município. No ano de 2019, foi recolhida cerca de uma tonelada de lixo no Rio Uruguai, em um trecho de aproximadamente 22 quilômetros entre comunidades rurais de Crissiumal até Porto Soberbo, em Tiradentes do Sul.

Após o mutirão, foi realizado um almoço e uma confraternização entre brasileiros e argentinos em *El Soberbio*. Essa iniciativa foi idealizada pelas gestões dos municípios vizinhos do lado brasileiro, porém conta com a total colaboração do município de *El Soberbio* e do Ministério da Ecologia e Recursos Naturais Renováveis da província de *Misiones*.

Essas ações revelam o caráter raiano da região, integrando os municípios fronteiriços em torno de um elo em comum: o Rio Uruguai. Muito além das relações políticas estabelecidas por autoridades de ambos os lados da fronteira, essas ações revelam o cuidado com um elemento que lhes é comum. Aqui fica claro que o rio Uruguai não é argentino ou brasileiro, mas é de uso comum e também um território compartilhado entre os dois lados da fronteira.

Desse modo, terminamos o trabalho de campo com inquietações sobre as relações transfronteiriças, sobre o vínculo das unidades de conservação com a sociedade em que estão inseridas e sobre ligação entre as próprias unidades de conservação. Essas inquietações nos levam à seguinte pergunta: a fronteira em questão é uma raia?

4.4. DISCUSSÃO E POTENCIALIDADES DA RAIÁ RIO GRANDE DO SUL/BRASIL- MISSIONES/ARGENTINA

Após o trabalho de campo, a sistematização e a análise das informações e impressões obtidas na área de estudo, podemos concluir que, de fato, a região fronteiriça entre Derrubadas e *El Soberbio* pode ser considerada uma raia. Todos os elementos que constituem uma raia ali estão presentes.

Considerando que a raia é o conceito que expressa as semelhanças entre os territórios, como deixa claro Souza (2015, p. 78), “A raia faz pensar antes nas semelhanças, nas convergências, enfim, nos aspectos comuns entre os territórios, desde o ponto de vista físico ao cultural.”. Toda raia pressupõem continuidades paisagísticas,

aspectos que ficam claros na raia formada por Derrubadas e *El Soberbio*. A continuidade paisagística é expressa, principalmente, pelo bioma Mata Atlântica, com a floresta Estacional sendo a vegetação predominante. Evidentemente, esta continuidade paisagística entre os territórios só é possível através de

políticas públicas ambientais em ambos os lados. A preservação do ecossistema local, produz em primeira instância, uma paisagem homogênea nos dois lados da raia.

Como abordado no trecho citado acima de Souza (2015), estas convergências e semelhanças são também de ordem cultural. Este aspecto fica bem evidente na raia Rio Grande do Sul/Brasil- Misiones/Argentina, pois a própria formação sicosocioespacial do município de *El Soberbio* a exemplo de outros da província de *Misiones* é diretamente ligada ao território brasileiro, seja pela forte imigração de colonos gaúchos para a região logo após a fundação do município, ou pelas atividades econômicas pretéritas, como a exploração da madeira e a comercialização pelas balsas no rio Uruguai.

Desses movimentos histórico-geográficos resultou uma forte influência brasileira no modo de vida dos cidadãos de *El Soberbio*. Essa influência brasileira se faz notar no modo de falar das pessoas, mesclando o espanhol com o português, nas rádios locais que tocam em grande parte da programação músicas brasileiras, as redes de televisão brasileiras que possuem grande audiência na região, a preferência por alguns times de futebol brasileiros (especialmente gaúchos) e as relações de parentescos entre os dois lados da fronteira.

Outro aspecto importante são as relações comerciais e econômicas da/na raia. Segundo Souza (2015, p. 74): “As raias são produto da diversidade social, dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações interterritoriais e são áreas de influências culturais ora mais ora menos intensas.”. As relações de comércio na raia Rio Grande do Sul/Brasil- Misiones/Argentina, são como em grande parte das regiões fronteiriças marcadas pelo forte dinamismo. As relações comerciais na raia são determinadas principalmente pela flutuação da taxa de câmbio e a inflação. Desse modo, alguns produtos são mais baratos no Brasil e outros na Argentina.

Outro elemento fundamental de uma raia é o elo raiano. Um elemento que, de algum modo, liga os territórios. No caso da raia Rio Grande do Sul/Brasil- Misiones/Argentina, temos um elo ecológico, representado pelas duas unidades de conservação: o Parque Estadual do Turvo, e aqui também vale citar o Salto do Yucumã que é a representação máxima da ligação entre os dois lados da fronteira; e o *Parque*

Provincial Moconá e os Saltos de Moconá. Essas áreas naturais protegidas são espaços de grande significado para os municípios da raia, grande parte das problemáticas e iniciativas políticas são em decorrência desses espaços. É importante comentar que as unidades de conservação dos dois lados são símbolos da região e elementos de grande potencial turístico. Nesse contexto, o salto longitudinal (mapa 11) presente entre os dois parques, é o maior elo entre os parques e, por consequência, entre os territórios.

Mapa 11 – Salto Longitudinal com Vista Aérea



O salto longitudinal representado no mapa é o ponto exato da fronteira entre Brasil e Argentina, além da beleza cênica e da importância política, ele também é um elo importante entre os dois territórios.

Como fica claro na imagem, o salto longitudinal é o ponto exato da fronteira entre Brasil e Argentina. Além do aspecto político, traz à tona outros elementos importantes para a discussão da raia, como a questão do território e paisagem, onde as quedas de água estão em território argentino, mas a paisagem e vista mais bela é do lado brasileiro. Outro aspecto importante a se destacar é a comunicação entre os parques, que só existe, em grande parte, devido ao salto longitudinal, haja vista que o parque do Turvo necessita da cooperação dos guarda parques do parque *Moconá* para saber o nível das quedas d'água do salto.

Outro objeto geográfico que pode ser considerado um elo raiano na região é o próprio rio Uruguai. Além do trecho onde se encontram os saltos, o rio é o único acesso entre os dois territórios. Percebe-se que o rio Uruguai é um elemento importante para

ambos os lados da raia, em iniciativas como a Limpeza Binacional do Rio Uruguai, que junta brasileiros e argentinos em uma força tarefa. Esse acontecimento é uma clara materialização das ações raianas, pois pressupõem que o rio não pertence a um território ou a outro, mas para ambos e, portanto, é dever dos dois lados na raia colaborar com a limpeza.

De fato, temos relações raianas na região fronteira entre Derrubadas e *El Soberbio*, estando presentes todas as características de uma raia: a semelhança paisagística; as similaridades histórico-culturais; o comércio entre os territórios; os elos raianos. Porém, percebe-se uma pequena gama de políticas para estreitar ainda mais as relações raianas, que na maioria das vezes são apenas ações isoladas. No próximo subtítulo, tentaremos fazer proposições que possam aproveitar as potencialidades da raia Rio Grande do Sul/Brasil- Misiones/Argentina.

4.5. BREVES CONSIDERAÇÕES

Considerando que toda raia expressa convergências e continuidades na paisagem, podemos, de forma segura, afirmar que a raia Rio Grande do Sul/Brasil-Misiones/Argentina é um exemplo claro da soma de acontecimentos histórico-geográficos que resultaram em uma paisagem de grande beleza cênica, mas que diz muito sobre essa região fronteira.

Essa paisagem, por si só, já estabelece conexões raianas, evidenciando uma grande semelhança na paisagem nessa fronteira. Outros aspectos que reforçam o sentido de raia nessa região, são a herança cultural e o passado em comum entre a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul e a região leste da província de *Misiones* e os aspectos físicos como a geologia, hidrografia e biogeografia comum entre os territórios da raia. O fato é que neste espaço estão materializadas semelhanças e congruências marcantes entre as duas margens do Rio Uruguai.

Talvez o elemento mais marcante, que representa as relações de ligação neste território raiano, são os saltos longitudinais, *Saltos del Moconá* na Argentina e Salto do Yucumã no Brasil. Mais que a simples divisão territorial entre os países, os saltos mostram que o Rio Uruguai, que aqui seria o limite entre os dois países, é um elemento de ligação entre os mesmos. Esses saltos, são o produto das forças da natureza e também das relações raianas. A preocupação pela proteção de áreas naturais, se fortifica na criação de políticas públicas que possibilitaram o surgimento das unidades de

conservação, e esse processo se materializa de maneira contínua na paisagem, expressado pelos mais de 200 hectares de mata preservada.

Evidentemente, ainda se precisa avançar em políticas públicas que valorizem a raia, que possibilitem novas perspectivas para os habitantes raianos e, que principalmente, facilitem as relações entre os dois lados da raia.

5. PROPOSIÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de fronteira é, necessariamente, ligado ao conceito de território, pois seja a concepção clássica de território de Estado nação, ou seja, na ideia de que o território expressa relações de poder, a fronteira aqui serve como divisor e aponta diferenças entre os territórios. Desse modo, a fronteira nos faz pensar em maior medida no afastamento dos territórios. No caso da região estudada, fica evidente que a fronteira é um elemento de separação entre as duas margens do Rio Uruguai. A fronteira, neste caso, é o fim de um perímetro político-administrativo e início de outro. Isso é expresso de maneira clara na falta de um posto de policiamento em Porto Soberbo, o que faz com que os argentinos entrem ilegalmente no Brasil.

O conceito de raia é intimamente ligado ao conceito de paisagem. A paisagem não reconhece limites políticos, ela é a representação visível dos processos histórico-geográficos no espaço. Na raia Rio Grande do Sul/Brasil- Misiones/Argentina, a paisagem é expressa de forma contínua nos dois lados, evidenciando políticas públicas de proteção à natureza. Na fronteira entre Brasil e Argentina, vemos grandes semelhanças paisagísticas, marcada pela continuidade da preservação da Mata Atlântica, formando assim uma paisagem raiana.

Seguindo esse entendimento, elencamos algumas propostas e possibilidades de políticas públicas a serem desenvolvidas na raia Rio Grande do Sul/Brasil- Misiones/Argentina, visando dinamizar e impulsionar as relações e potencialidades raianas.

A primeira proposta (e também a mais urgente) é a instalação de uma aduana ou posto policial em Porto Soberbo, distrito de Tiradentes do Sul. Como já mencionado anteriormente, a saída e chegada de balsas que partem para *El Soberbio* é o único acesso entre os dois lados da raia. É extremamente necessário um posto de fiscalização do lado brasileiro, para o melhor funcionamento da raia. Atualmente, argentinos que vão para o lado brasileiro por esse acesso, entram de forma ilegal no Brasil, pois o próximo acesso demandaria uma viagem de centenas de quilômetros.

É importante comentar que uma aduana nesse local facilitaria o comércio e melhoraria o turismo na região, já que serviria de rota para argentinos que buscam veranejar no litoral brasileiro, sendo assim uma atração turística no caminho. Outro aspecto que melhoraria, é a maior comodidade e segurança para visitas ao lado

brasileiro, em parentes e amigos. Essa é uma proposta relativamente simples, mas que acarretaria em grandes benefícios para a raia. Outro facilitador para a implantação da proposta seria o aproveitamento de uma antiga estrutura que já está presente em Porto Soberbo, que era usada como aduana e foi desativada à alguns anos, sendo necessário apenas algumas melhorias e talvez ampliação no prédio atual.

Outra proposta que poderia acarretar em benefício para a raia seria a união das duas unidades de conservação que servem como elo entre os territórios. Propomos então um parque binacional, que uniria o Parque Estadual do Turvo e o *Parque Provincial Moconá*. A união entre estes dois parques traria incrementos substanciais no turismo para os dois lados da raia. Iniciativas como passeios de barco e visitação conjunta nos dois parques poderiam ser atrações de grande potencial turístico. Ademais, o maior efetivo e intercâmbio de ideias melhoraria as técnicas de manejo das duas unidades de conservação ecológica. Outro aspecto interessante seria o salto longitudinal, sendo um elemento binacional e deste modo, o território e a paisagem dos saltos seriam compartilhadas pelos dois parques.

Evidentemente, uma iniciativa do tipo precisaria vencer vários entraves burocráticos, considerando que ambos os parques têm um conjunto de leis e normas próprias que são ancorados na legislação ambiental e no sistema de unidades de conservação de cada país. Outro ponto que precisa ser discutido em tal proposta seria a entrada para ambos os parques sem necessariamente precisar passar por uma aduana, pois os parques funcionariam como um território comum, portanto a entrada no parque *Moconá* via parque do Turvo, e vice-versa, não acarretaria em nenhum processo ilegal. Logicamente, esta é uma proposta ousada, mas pode ser discutida levando em conta as peculiaridades da região, podendo ser extremamente benéfico para a região da raia Rio Grande do Sul/Brasil- Misiones/Argentina.

Pensando na maior integração entre os dois lados da raia, podemos também considerar que uma estrutura que proporcione maior fluidez entre os dois territórios poderia ser muito interessante. A construção de uma ponte sobre o Rio Uruguai, ligando *El Soberbio* na Argentina a Porto Soberbo no Brasil, poderia ser um meio de potencializar a integração entre os lados da fronteira. Essa iniciativa criaria também um novo acesso ligando Brasil e Argentina, servindo de rota para o transporte rodoviário. Uma ponte na região, conseqüentemente, aumentaria o dinamismo econômico da raia, fortalecendo o comércio, a produção agrícola, a industrialização dos municípios e, é claro, o turismo.

A construção de uma estrutura como essa necessita de uma série de discussões sobre sua viabilidade. Em primeiro lugar, demandaria um grande investimento, que teria que ser custeado pelos estados do Brasil e da Argentina; em segundo lugar, é preciso estudos mais aprofundados para saber as condições técnicas para a construção de uma ponte no local; e em terceiro lugar, a construção de uma ponte pode acarretar na mudança e no prejuízo no modo de vida e na dinâmica social da raia, já que hoje o transporte por balsas é parte importante da sua organização social.

Estas propostas citadas acima são esboços de possíveis ações que poderiam potencializar diversos aspectos da raia Rio Grande do Sul/Brasil- Misiones/Argentina. Evidentemente essas ações deveriam partir de atores da própria raia. Como é explicitado no documento do antigo Ministério da Integração Nacional, intitulado “Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira”, de 2005, em que as políticas de integração na fronteira sul do Brasil são marcadas por acordos locais, não tendo um política específica na região. Deste modo, fica evidente que políticas públicas de valorização da raia Rio Grande do Sul/Brasil- Misiones/Argentina devem surgir na própria raia, explorando e potencializando suas convergências de todas as ordens.

Ainda há muito a ser estudado na raia fronteira Rio Grande do Sul/Brasil- Misiones/Argentina, pela sua grande abrangência, é necessário estudar outros elos em outras localizações, regiões como as missões jezuíticas, a fronteira entre Barracão – Dionisio Cerqueira – Bernardo de Irigoyen, são fronteiras que demandam pesquisas sobre a possibilidade da existencia de raia. Também é importante continuar os avançando no estudo da raia em *El Soberbio* – Derrubadas atentando para outros elos raianos, como a história e cultura.

Desta forma, chega ao fim nossa aventura pela raia. O avanço do entendimento do conceito na fronteira Rio Grande do Sul/Brasil- Misiones/Argentina tende a criar avanços e novas potencialidade para essa região, que já vive de forma raiana, que compartilha uma mesma paisagem, uma mesma cultura e também laços históricos.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. Um Conceito de Geomorfologia a Serviço das Pesquisas sobre o Quaternário. **Geomorfologia**, n. 18, IGEOG-USP, 1969.
- ARGENTINA. Ley nº 29, de 18 de junho de 1992. **Establece El Sistema de Áreas Naturales Protegidas**. Buenos Aires.
- BERTOLINI, M.P. Ministério de Ecología y Recursos Naturales Renovables. **Plan de Manejo del Parque Provincial Moconá**. 1 Ed. Misiones, 1999.
- BERTRAND, Georges. PAISAGEM E GEOGRAFIA FÍSICA GLOBAL: Um Esboço Metodológico. **R. Ra'e Ga: O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 8, n. 8, p.141-152, 2004.
- BOSA, Eliezer; SOUZA, Reginaldo José de. **Natureza e técnica na Raia SC-RS: cyborgs hidrelétricos e ressignificação de paisagens**. Chapecó, 2018.
- BRASIL. Constituição (1998). Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe Sobre As Sanções Penais e Administrativas Derivadas de Condutas e Atividades Lesivas Ao Meio Ambiente, e Dá Outras Providências**. Brasília
- BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. **Approva O Codigo Florestal**. Rio de Janeiro.
- BRASIL. Decreto nº 4.421, de 28 de dezembro de 1921. **Crêa O Serviço Florestal do Brasil**. Rio de Janeiro.
- BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Código Florestal (1965); Lei das Florestas**. Brasília.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para Faixa de Fronteira. Brasília, 2005.
- CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao.html>. Acesso em: 22 de abril de 2019.
- CARÍSSIMO, Adriana; VITALE, Emiliano. Misiones. Una discusión sobre territorio y estado en los espacios fronterizos. **Larivada**, Posadas, v. 1, n. 1, p.2-19, dez. 2013.
- CARRIÓN, Miguel-Hector Fernandez. Historiografía, Metodología y Tipología de Fronteras. **Naveg@mérica**. Revista electrónica de la Asociación Española de Americanistas, Múrcia- Esp, v. 1, n. 1, p.1-25, 01 out. 2008
- CATAIA, Márcio Antônio. Fronteiras: territórios em conflitos. **Geografia em questão**. Marechal Candido Rondon, v.3, n.1. 2010.

- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 102 p.
- ESPÓZITO, Cándida Cocozza. **Parque Pirovincial Moconá: Diagnóstico para su Desarrollo Turístico**. 2004. 119 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Turismo, Universidad Abierta Interamericana, Buenos Aires, 2004.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. **Plano de manejo do Parque Estadual do Turvo-RS**. Porto Alegre, 2005.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio-ambiente**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- HENRIQUE, Wendel. **A natureza dos interstícios do social: Uma leitura das ideias de natureza na obra de Milton Santos**. *Terra Livre*, São Paulo, v. 2, n. 21, p.249-262, dez. 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/derrubadas/panorama> . Acesso em: 20 mar. 2019.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sustentabilidade Ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem estar humano**. Brasília, 2010.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAEK CER, Tania Marques et al (Org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: Agb-porto Alegre, 1998. p. 41-49.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **ICMBio**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/> . Acesso em: 10 de abril de 2019.
- MISIONES. Lei nº 3631, de 25 de janeiro de 1999. **Área Integral de Conservación y Desarrollo Sustentable Corredor Verde de La Provincia de Misiones**. Misiones, 1999.
- PASSOS, Messias Modesto dos. **A raia divisória: Geossistema, Paisagem e Eco-História**. Maringá: Eduem, 2006. 132 p.
- RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: TEORIAS, PROCESSOS E CONFLITOS**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. P. 17-36.
- RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 2.312, de 11 de março de 1947. **Cria Uma Reserva Florestal Estadual**. Porto Alegre.

- RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 2.440, de 02 de outubro de 1954. **Cria O Parque Estadual do Turvo**. Porto Alegre.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Turvo**. Porto Alegre, 2005.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo; Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton. **Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988. 28 p.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 73-94.
- SHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do Conceito de Paisagem na Geografia. **R. Ra'e Ga: O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 7, n. 7, p.79-85, 2003.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 57-72.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.
- SOUZA, Reginaldo José de. **Raia Divisória ou Raia Sócioambiental? Uma (re)definição baseada na análise da paisagem através do sistema GTP**. 2015. 166 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.
- SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e "urbanização-ciborgue". In: ACSELRAD, Henri. **A Duração das Cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2001.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.
- TURRI, Eugenio. **La conoscenza del territorio**. Metodologia per un'analisi storicogeografica. Venezia: Marsilio, 2002.
- VITTE, Antônio Carlos. O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 6, p.71-78, jun. 2007.